



ACTA N.º 3/2011

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro, de dois mil e onze, no auditório do Centro Associativo Municipal de Leiria, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem faltaram os seguintes: Maria Clara Monteiro e Maria Paula Oliveira.

Os senhores deputados, Carlos Alberto Garcia Poço, José Manuel de Jesus Francisco, Laura Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, Patricia Ervilha, Pedro Faria, Rui Silva, Teófilo Araújo dos Santos, Ventura José Rolo Tomaz, Presidente da Junta de Freguesia de Coimbrão e Vitorino Vieira Pereira, fizeram-se substituir nos termos do n.º 1 do artigo 30º do Regimento respectivamente por: Carlos Conceição, Carlos Duarte, Pompeu Cainço, Micael Sousa, Maria de Fátima Sismeiro, Maria Célia Gordo, João Curado e Silva, Lucília da Silva Letra e Mónica António.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes: o senhor vice-presidente, Gonçalo Lopes e os senhores Vereadores: Maria de Lurdes Machado, Isabel Maria Gonçalves, Lino Pereira, Neusa Magalhães, Blandina Oliveira, José Manuel Benzinho da Silva, Carlos Manuel Vitorino e António Martinho Gomes. A senhora vereadora Filipa Esperança esteve ausente.

A sessão foi presidida pelo senhor Carlos Manuel Bernardo Ascenso André, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores deputados José da Silva Alves e Maria Manuela Miranda Santos, 1º e 2º Secretários da Mesa respectivamente.



Havendo quórum, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 21.20 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
2. PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA – **Apreciação, discussão e votação;**
3. AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE GESTINLEIRIA, SA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO – **Apreciação, discussão e votação;**
4. ENTRADA LIVRE NO CASTELO EM DIAS COMEMORATIVOS – **Apreciação, discussão e votação;**
5. RELATÓRIO DA AUDITORIA À SITUAÇÃO FINANCEIRA DA AUTARQUIA DA INSPECÇÃO GERAL DE FINANÇAS – **Apreciação;**
6. LITÍGIOS CONTRA A CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA DE QUE RESULTARAM RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS PARA A AUTARQUIA - **Apreciação;**



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhoras e senhores deputados pedia-lhes por favor que ocupassem os respectivos lugares.

Vamos dar início a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal. Cumprimento as senhoras deputadas e os senhores deputados, cumprimento o senhor vice-presidente da Câmara Municipal de Leiria, as senhoras vereadoras e os senhores vereadores, e cumprimento o público presente na sala.

Permitam-me desde logo uma breve explicação. O senhor Presidente da Câmara Municipal não está, como é sabido está adoentado, está a recuperar de um acidente que teve, nada de muito grave, felizmente, mas achou mais prudente não vir a esta sessão, como de resto, não tem estado, habitualmente, presente na Câmara Municipal.



Penso que exprimo o desejo de todos nós, ao dizê-lo em nome pessoal e em nome da Mesa da Assembleia, penso que em nome de todos os deputados, e pediu-me o grupo municipal do Partido Social Democrata que expressamente o fizesse também, portanto penso que falo em nome da Assembleia, desejando ao senhor Presidente da Câmara, e peço ao senhor vice-presidente que lhe transmita, uma rápida, pronta e total recuperação. Suponho que me faço portavoz de toda esta Assembleia ao transmitir-lhe estes nossos votos, e suponho que me dispensarão, até, de fazer qualquer votação a esse respeito.

Portanto, o Presidente da Câmara esta obviamente presente na pessoa do vice-Presidente da Câmara Municipal.

Antes de falarmos da ordem de trabalhos, penso que será mais adequado, desde já, procedermos à aprovação das actas, e digo actas como sabem temos duas. Temos a acta de 4 de Janeiro e a acta de 25 de Janeiro, duas sessões extraordinárias da Assembleia Municipal, obviamente que temos que apreciar uma de cada vez.

Em relação à acta de 4 de Janeiro de 2011 alguém pretende pronunciar-se, fazer alguma sugestão, alguma correcção ou alguma proposta de alteração?

Não! Nesse caso ponho a acta à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Cinco abstenções!

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com cinco abstenções, aprovar a acta da sessão extraordinária de 4 de Janeiro de 2011.

A acta da sessão extraordinária de 25 de Janeiro de 2011, alguém tem alguma observação, alguma sugestão, alguma correcção a fazer?

Não! Vou pôr a acta à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Oito abstenções!

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com oito abstenções, aprovar a acta da sessão extraordinária de 25 de Janeiro de 2011.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Tenho comigo alguns pedidos de justificação de falta e respectivas substituições. Vou apenas dar conta desse facto, sem qualquer ordem específica, o senhor deputado Rui Silva é substituído pela senhora deputada Célia Gordo, o senhor deputado Teófilo Santos é substituído pelo senhor deputado João Curado e Silva, o senhor deputado Carlos Poço é substituído pelo senhor deputado Carlos Conceição, o senhor deputado Pedro Faria é substituído pela senhora deputada Fátima Sismeiro, a Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, Laura Esperança, é substituída pelo Tesoureiro da Junta, senhor deputado Pompeu Cainço, o senhor deputado Vitorino Vieira Pereira é substituído pela senhora deputada Mónica António, o Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Ventura Tomaz, é substituído pela Secretária da Junta, deputada Lucília Letra, e a senhora deputada Patrícia Ervilha é substituída pelo senhor deputado Micael Sousa. São estas as substituições que me foram transmitidas.

E antes de entrarmos no período de “antes da ordem do dia”, permitam-me apenas duas notas em relação à ordem de trabalhos.

Eu devo dizer que não o fiz no Edital, uma vez que não é habitual do Edital constar quem propõe o agendamento ou quem requer o agendamento de cada ponto, mas admito que isso se tenha prestado a dúvidas ou erros de interpretação. Mas em lado nenhum se diz e nunca foi prática desta assembleia que quando um ponto é agendado a requerimento de alguém, nunca foi prática, repito, dizer que o ponto é colocado a requerimento de alguém. Certo é que isso costuma acontecer quando o requerimento é apresentado em sessão da assembleia, não foi o caso, e quando é apresentado em sessão da assembleia toda a gente sabe que o ponto é requerido em sessão da assembleia.

Neste caso, os requerimentos são dois, foram enviados por escrito pela deputada Odete João em nome do grupo do Partido Socialista, que pediu o agendamento desse ponto n.º 5 e do ponto n.º 6, o que significa que se trata de dois pontos não propostos nem pedidos pela Câmara Municipal, mas de dois pontos da ordem de trabalhos, com toda a legitimidade, que um dos grupos da Assembleia Municipal requereu que fizesse parte da respectiva convocatória. E portanto, eu limitei-me a cumprir o que o Regimento estipula ou seja, a incluir estes dois



pontos. São pontos, repito, que têm que ter o tratamento de qualquer ponto requerido por um grupo de deputados, neste caso concreto o grupo do Partido Socialista, um grupo partidário representado na Assembleia Municipal.

Devemos ainda ter em conta, é uma proposta que faço e penso que as senhoras e os senhores deputados não obstarão à realização da proposta, em todo o caso fica à vossa consideração, fui confrontado, só com um ofício de 17 de Fevereiro, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com a necessidade de indicar um representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal, ou seja PDM, de Leiria. A lei diz que temos dez dias úteis para indicar este nome. Não tinha alternativa. O pedido chega-me datado de 17 de Fevereiro, não tenho aqui a data de entrada mas a data do ofício é de 17 de Fevereiro, admitamos que foi expedita a sua chegada a Leiria, mas mesmo assim é um pedido de 17 de Fevereiro, não tinha tempo para fazer de modo diferente do que fiz, ou seja, comuniquei imediatamente aos dirigentes das bancadas que tínhamos este ponto para tratar, e, presumo que não há outro caminho, sob pena de estarmos a incorrer em ilegalidade, que não seja de fazermos a eleição por voto secreto do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Revisão do Plano Director Municipal de Leiria. E portanto, a minha proposta muito concreta é no sentido de este ser o último ponto da nossa ordem de trabalhos. Se esta assembleia concordar incluiremos este ponto na ordem de trabalhos. Há alguma objecção por parte desta assembleia? Não!

O senhor deputado Vítor Lourenço estava a pedir a palavra, presumo que é em relação a esta questão da ordem de trabalhos, não estamos ainda no período de "antes da ordem do dia". Faça favor!

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Boa noite senhor Presidente, senhores membros da Mesa, senhor vice-presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Naturalmente que nós, grupo de eleitos pelo PSD, desconhecíamos que o pedido de agendamento destes dois pontos foi do Partido Socialista. Nós, naturalmente, como qualquer pessoa ao ler este edital, pensaria o que nós pensámos com



certeza, foram agendados pela Câmara, foi o que nós pensámos, foram pontos agendados pela Câmara Municipal. Sucede, que os acontecimentos da última semana, e nós preparamos as reuniões sempre um ou dois dias antes, preparámos a reunião da assembleia municipal anteontem, reunimos para preparar e para debater os temas desta assembleia. E na nossa reunião de preparação, atendendo a que o senhor Presidente da Câmara não ia estar presente nesta assembleia, nem sequer nos demos ao esforço de preparar estes dois temas, porque para nós não faria sentido discutir dois temas sem a presença do Presidente da Câmara que os teria agendado. Foi o que nós pensámos como grupo. Foi apenas este princípio, não houve mais nenhum, e portanto aquilo que eu já sugeri em privado à deputada Odete João, quando o senhor Presidente da Assembleia me referiu que foram pontos agendados pelo Partido Socialista, foi que repensassem a situação, porque na verdade o grupo municipal do PSD, hoje, não vai apreciar estes dois pontos da agenda por este motivo, que me parece perfeitamente justificado, pensando nós exactamente na situação de não estar hoje entre nós o senhor Presidente da Câmara. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor deputado António Sequeira pretende intervir em relação a esta mesma questão? Faça favor.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, Partido Socialista.

Senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Sobre este assunto fiquei perplexo com a intervenção do senhor deputado Vítor Lourenço. Primeiro não me parece que o argumento colha, não está o Presidente está alguém que o substitua, não vejo a mínima relevância disso. Mas por outro lado, também estranho, que tenha que ser o Partido Socialista a agendar este ponto, na medida em que me parece que devia ser agendado pela Mesa da Assembleia Municipal, na medida em que, por lei, este relatório tem que ser presente à Assembleia Municipal, aliás faz parte da proposta do próprio relatório. Por conseguinte, é uma peça que teria que vir sempre à Assembleia Municipal e com certeza o senhor Presidente não a ia guardar no seu gabinete



ia com certeza dar conhecimento dela a esta assembleia e ser passível de discussão. Esta é a minha opinião, a posição do partido será dita pela deputada Odete João com certeza, isto é uma reacção epidérmica minha, imediata, não prevista, mas não me parece atendível a pretensão do PSD, por tudo isto que acabei de expor. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Antes de perguntar à deputada Odete João qual é a resposta que quer dar, sendo a proponente nos dirá se aceita retirar o ponto ou não, gostaria de dar o seguinte esclarecimento:

De facto, a Mesa da Assembleia deveria ter agendado o ponto. Acontece que a Mesa da Assembleia não teve tempo, portanto vou ser muito claro, o que acontece é o seguinte: Foi-me enviado este documento, ou seja um cd, com o documento relativo ao relatório da Inspeção-Geral de Finanças, ao mesmo tempo que me foi enviado foram-me enviados envelopes destinados a cada um dos grupos municipais de acordo aliás com o que tinha sido acordado sumariamente num telefonema entre o senhor Presidente da Câmara e eu próprio. O senhor Presidente da Câmara perguntou-me como deveria fazer, tratava-se de documentação extensa, e eu disse, de modo mais simples, fará o favor de me enviar um para mim e enviará um para cada grupo partidário representado na Assembleia Municipal, e eu lhes farei chegar. No dia que me chegou eu imediatamente reencaminhei para os líderes das várias bancadas, e na volta do correio que agora, como sabem, é mais depressa, tinha um requerimento da senhora deputada Odete João a pedir o agendamento do ponto ainda eu não tinha feito o agendamento da assembleia municipal, o que significa que eu não tive tempo de cumprir o que a lei me mandava que era ser eu a agendar o ponto. A senhora deputada Odete João fez este requerimento e eu, a partir daí, entendi que o assunto do ponto de vista legal estava ultrapassado.

Senhora deputada Odete João, tenho que lhe perguntar, sumariamente, se o Partido Socialista aceita retirar o ponto cinco e o ponto seis? Retirar não significa que não tenhamos que os discutir, porque nós temos que os discutir, retirar significa agendá-los para outra sessão, retirá-los da ordem de trabalhos de hoje.



DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Odete João, Partido Socialista.

Senhor Presidente, senhores deputados, senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício, senhores vereadores.

É entendimento do Partido Socialista que, este ponto, não deve ser retirado, o ponto cinco. O material está distribuído, a Câmara Municipal tem uma equipa, tem um representante legal em substituição do senhor Presidente, portanto temos todas as condições para discutir este ponto. Quanto ao ponto seis e sendo que envolve outras matérias, aceitamos o seu agendamento para a próxima Assembleia Municipal. Portanto, esta é a posição do Partido Socialista manter o ponto cinco e adiar o ponto seis.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Sendo esta a vontade dos proponentes, o ponto cinco deverá manter-se e o ponto seis será retirado e substituído pela eleição de um representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento do processo de revisão do PDM.

Ninguém suscitou a questão da votação senhor deputado! Se alguém fizer a proposta, o assunto foi discutido e terá que ser votado. Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Sem querer entrar em grande discussão eu acho que a minha mensagem foi bem clara relativamente aos motivos que nos levaram a não preparar estes dois temas para esta assembleia. Acho que não escondi nada, fui claríssimo, também não entendo a intervenção do senhor deputado Sequeira, é epidérmica a reacção, mas não entendo como é que não acha relevante a presença do Presidente, na discussão destes pontos. Mas enfim, cada um terá a sua opinião. Senhor Presidente da Assembleia, uma vez que eu pedi para os pontos não serem discutidos hoje, a senhora deputada Odete João pede para ser discutido, eu pergunto se não dará direito a votarmos...



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhores deputados não vamos entrar em diálogo, a questão é muito simples. Até agora o que houve foi um pedido para que os proponentes retirassem, os proponentes não retiraram não vejo aqui, neste diálogo, nada que me obrigue a votar, desculparão. Eu cumpro o meu papel como Presidente da Assembleia, até agora há um pedido...

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Senhor Presidente, eu estou de acordo com a sua posição porque, como representante do grupo, fizemos uma sugestão ao grupo que agendou estes dois pontos. Não foi aceite, nós dissemos que não nos preparámos para os discutir, não discutiremos hoje. Traremos cá as nossas opiniões noutra assembleia, naturalmente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Portanto, sendo assim o ponto cinco mantém-se e o ponto seis é suprimido. Não vejo que possa agir de outra maneira, e no lugar do ponto seis teremos que fazer a eleição a menos que alguém me proponha que a eleição seja feita noutra momento da sessão, mas se não, faremos no final.

Sendo assim, senhoras deputadas e senhores deputados, o assunto ficou esclarecido e vamos passar ao período de "antes da ordem do dia", aceite, obviamente, as inscrições das senhoras deputadas e dos senhores deputados, e, como tem sido a nossa prática ultimamente, as inscrições para este período são feitas agora para que possa definir-se o tempo de utilização da palavra das várias pessoas, caso contrário, prolongar-se-ia indefinidamente este ponto. Quem pretender inscrever-se para o período de "antes da ordem do dia" fará o favor de o fazer.

Tenho nove inscrições, terei que as ordenar como manda o Regimento. Tem a palavra o senhor deputado Vítor Lourenço.



ANTES DA ORDEM DO DIA

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Vítor Lourenço, PSD.

Senhor Presidente, apenas para fazer uma pergunta, e muito simples, sem considerações.

Na última assembleia municipal fomos surpreendidos com uma proposta fora de tempo do senhor secretário da Mesa, deputado José Alves, e o senhor Presidente afirmou na assembleia, está escrito na acta da última assembleia municipal, que ia tomar uma decisão sobre se esse ponto seria tratado nesta reunião, agendando-o, ou no período de "antes da ordem do dia".

É apenas uma pergunta muito simples e directa para o senhor deputado José Alves. O que é que vamos fazer dessa proposta?

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado peço desculpa mas tenho que ser eu a responder e tenho que me penitenciar perante esta assembleia. É que o senhor deputado José Alves comunicou-me que não pretendia ver discutida a proposta, pelo menos, na sessão de hoje. Devia ter comunicado esse assunto à Assembleia Municipal, não comuniquei, obviamente que se não agendei o ponto foi porque o proponente me disse que não gostaria de o ver discutido na sessão de hoje, e remeteu o assunto para a comissão especializada. Foi o que ele me comunicou. Está dada a informação e a responsabilidade é minha.

Senhora deputada Mónica António!

DEPUTADA MÓNICA ANTÓNIO (BE)

Boa noite a todas e a todos!

Mónica António, Bloco de Esquerda.

Hoje trazemos dois assuntos que muito tem preocupado o Bloco de Esquerda, antes de mais gostaríamos de convidar o senhor Presidente e o senhor vice-presidente a passar uns finais de tarde no Centro Histórico de Leiria. O objectivo era que os senhores chegassem à mesma conclusão que o Bloco chegou, ou seja, a cidade que vos elegeu está a tornar-se uma cidade fantasma, com especial relevo para o Centro Histórico que é sobre ele que queremos falar.



Dizer que entendemos que as obras que estão a decorrer são necessárias, e que têm um prazo de execução por causa dos fundos do QREN, o que não entendemos é a caça à multa que tem acontecido na última semana, e que, dizem os senhores polícias, foi a pedido da Câmara Municipal de Leiria.

Senhor vice-presidente, partindo nós do princípio que as autoridades não mentem, pergunto qual é o vosso objectivo, e respondo, é que o Centro Histórico seja fechado aos automóveis? Até compreendemos, mas tem que haver bom senso. Numa altura em que todas as estradas de acesso ao Centro Histórico estão fechadas, há que ter paciência, as pessoas têm que parar os seus veículos em algum lado, gratuitamente claro.

Pergunto-lhe, novamente, onde estacionar gratuitamente? Sim, porque se seguisse o exemplo do Município da Batalha, que tem um tecto máximo de cobrança diária de parquímetro de sessenta cêntimos, eu nem colocava esta questão. Mas posso mais uma vez adiantar a resposta, junto ao estádio, dir-me-á o senhor vice-presidente. Poderíamos dizer que era uma óptima ideia, isto se existisse algum interesse da vossa parte em querer educar os munícipes sem ser à força com multa e multas e mais multas.

Fazemos uma sugestão. Que tal Mobilis, Mobilis, Mobilis? Ou seja, se quer educar os munícipes, terá que lhes dar alguma coisa em troca, tarifas a um custo baixo para levar as pessoas ao centro. Lembre-se, senhor vice-presidente, que nem toda a gente tem boas pernas para andar, lembre-se daqueles que precisam de fazer exames na Cédile ou dos mais novos, por exemplo, ou então coloque-se no papel de um lojista que quer descarregar mercadoria na sua loja. Portanto, ele descarrega a mercadoria, vai arrumar o carro no estádio e depois vem a pé para fazer o seu dia de trabalho, e à noite atravessa a cidade toda com o dinheiro de caixa no casaco, correndo o risco de ser assaltado. É que a videovigilância, que desde o início achamos não ser a solução para resolver os problemas de insegurança, só estará no Centro Histórico. Não se esqueça disso. E olhe que vai dar jeito, os senhores agentes vão pelo menos poder ver uns filmes de uns senhores encapuzados a atacar leirienses.



E porque hoje só vai ao centro que tem mesmo de ir, os lojistas começam a encerrar portas pois estão sem clientes, uma vez que o Shopping da cidade tem estacionamento gratuito.

O pensamento da maioria das pessoas é evitar confusão e procurar conforto. Os riscos de assalto vão aumentar, por isso, mais uma vez, a nossa opinião é de que é preciso polícia de proximidade para nos proteger ao invés de multar. É preciso iluminação para evitar medos e inseguranças para quem ainda mora no centro, no coração da cidade. E, senhor vice-presidente, não nos diga mais uma vez que vão tentar encontrar um sítio para colocar a Loja do Cidadão e que ela é quem vai dar vida ao centro, porque toda a gente sabe que devido aos cortes feitos com a aprovação deste orçamento pelo PS e PSD, até 2013, não haverá lojas do cidadão para ninguém.

Até Caldas da Rainha tem mais vida que Leiria, a animação da cidade não se faz só quando está bom tempo, é necessária o ano inteiro. E por falar em animação, não queria deixar de tocar num outro assunto, o parque de estacionamento do Hospital de Leiria. O objectivo, mais uma vez, não é mudar os hábitos das pessoas mas o lucro, taxar o parque com direito a coimas daquele que é o hospital público da cidade. Um serviço nacional de saúde de qualidade e gratuito para todos deve fazer-se dentro e fora de portas. É escandaloso que a saúde seja cada vez mais transformada numa grande superfície, cujo objectivo é única e exclusivamente ganhar dinheiro. Lamentamos, também, o facto de Leiria ser um exemplo disto, e no que toca aos parques de estacionamento, contando com todo o apoio da Câmara Municipal. É triste ler notícias que dizem o seguinte:

“O Conselho de Administração do Hospital de Santo André, reitera que a organização do espaço e tarifação do estacionamento, tem por único objectivo disciplinar a utilização do parque, já que a situação que existia até agora era de permanentes constrangimentos à circulação, causados por constantes estacionamentos abusivos e desordenados...”- Jornal Tinta Fresca, edição de 13 de Janeiro, ou, na edição do mesmo jornal de 28 de Janeiro do corrente ano, pode ler-se ainda:

“O Conselho de Administração do Hospital sublinha que o SUS é um fornecedor que presta serviços no Hospital de Santo André, e jamais no seu contrato, tal



como nos contratos de todas as outras entidades que prestam serviços no hospital, se prevê a disponibilização de estacionamento gratuito e garantido para os seus trabalhadores...”.

Para concluir, o Bloco de Esquerda lamenta que à semelhança do nosso Governo, o Município de Leiria use e abuse dos munícipes para pagar as asneiras dos anos de má governação. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Feitas as contas às intervenções previstas, penso que podemos estabelecer entre quinze a dezasseis minutos para o PS, entre doze a treze minutos para o PSD, e depois os outros partidos têm o tempo de que dispõem e obviamente que, atendendo a que não há muitas intervenções, a Mesa não vai ser excessivamente rígida.

Tem agora a palavra a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo.

DEPUTADA CÉLINE GASPAS (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MONTE REDONDO)

Céline Gaspar, Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia, excelentíssimos senhores secretários da Mesa, excelentíssimo senhor vice-presidente da Câmara, excelentíssimos senhores vereadores, excelentíssimos senhores deputados, excelentíssimos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, excelentíssimos senhores da comunicação social, minhas senhoras e meus senhores, a todos, muito boa noite.

Estou aqui hoje para vos falar do projecto Águas do Mondego intitulado Sistema Adutor da Mata do Urso.

Na qualidade de Presidente de Junta da Freguesia de Monte Redondo, quero referir que a construção do Sistema Adutor da Mata do Urso já se iniciou e foi iniciado sob a tutela do anterior executivo da Câmara Municipal, e consequentemente o anterior executivo da Junta de Freguesia no que diz respeito à Freguesia de Monte Redondo. Ambos tiveram com certeza conhecimento completo do projecto e de todas as suas consequências para a



população, podendo portanto, manifestar-se directamente às entidades competentes sobre o processo, quer ao nível das suas características quer ao nível das suas consequências, em tempo útil.

Tomámos conhecimento da questão há cerca de um mês, e nessa altura o início da obra já estava agendada para daí a duas semanas. Não existiu, portanto, poder para que as situações fossem discutidas devidamente. O que é certo é que os intervenientes anteriores não acautelaram correctamente as contrapartidas para as freguesias afectadas pelos incómodos que esta obra causará.

Interessa ainda referenciar que esta obra tem objectivos intrinsecamente bons para todo o concelho de Leiria, uma vez que assegurará o abastecimento eficiente da água em todo o concelho de Leiria, inclusivamente nas freguesias por onde passa. Porém, é imprescindível salvaguardar que a água é um recurso cada vez mais escasso e deverá ser utilizado com toda a racionalidade possível. Além destas questões, importa que sejam salvaguardados também todos os interesses da população do concelho em geral, mas também todos os interesses dos cidadãos da freguesia de Monte Redondo, uma vez que a intervenção causará transtornos a vários níveis.

Esta obra em Monte Redondo, significará a captação de um novo furo em Vale Rabudo, a integração do actual furo do Paul, a construção de um novo reservatório, de uma estação de tratamento, de uma estação de elevação e ainda condutas ao longo de grande parte da freguesia. Em todas estas questões têm de ser salvaguardadas as contrapartidas e estamos hoje a negociar com a entidade promotora e para, as quais contamos com o apoio da Câmara Municipal de Leiria.

A população de Monte Redondo está preocupada devido à falta de informação acerca de todo o projecto. Consideramos que foi incorrecto não terem sido transmitidos os trâmites do processo, na passagem de pasta de um executivo para o outro. A omissão de uma obra desta dimensão é sem dúvida uma falta de respeito para com todos os cidadãos da minha freguesia, e estarei ao seu lado na luta pelo respeito.

Já agendámos uma sessão de esclarecimento com as Águas do Mondego e com a Câmara Municipal de Leiria, para dia 4 de Março, onde pretendemos que todos os



Monte Redondenses possam esclarecer as suas dúvidas. Conto com a presença do senhor Presidente ou vice-presidente, caso seja possível o encaixe nas suas agendas, uma vez que Monte Redondo merece este respeito e nós, autarcas, temos obrigação de lhes mostrar o quanto a sua preocupação é importante ouvida e válida. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Tem a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS GOMES (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO DA CARPALHOSA)

José Carlos Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa.

Senhor Presidente da Mesa, senhor vice-presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, comunicação social, minhas senhoras e meus senhores.

Quem não se sente não é filho de boa gente. Eu como sou filho de boa gente, não podia continuar calado, com todo o ruído que se tem feito em redor do pavilhão desportivo municipal de Souto da Carpalhosa, quer antes da sua abertura, quer depois de inaugurado.

Não vamos permitir que os seus detractores nos retirem o entusiasmo, que foi a concretização de um sonho que demorou largos anos a ser concretizado.

Já por diversas vezes ouvi, nesta assembleia, fazerem-se referências desabonatórias, muitas vezes de forma indirecta, sobre a oportunidade da sua construção. Penso que os senhores deputados que se encontram incomodados com esta belíssima infra-estrutura, primeiro deveriam inteirar-se da mais-valia que o mesmo já representa para o meio onde está inserido, e posso mesmo dizer para o concelho, após quatro meses da sua inauguração, e estou certo que o discurso mudaria. Penso ainda que prestariam melhor serviço ao concelho se promovessem os equipamentos que temos em vez de os criticarem e denegrirem com persistência. Mas enfim, já nos vamos habituando a este tipo de intervenções e a Freguesia do Souto da Carpalhosa a ele responde com indiferença.



Ainda é curioso verificar, que os intervenientes que habitualmente fazem referência àquela infra-estrutura desportiva inútil, têm complexos em lhe atribuírem o nome de pavilhão gimnodesportivo municipal de Souto da Carpalhosa. Talvez por já saberem que a população da nossa freguesia não tem memória curta e que na devida altura saberá dar a resposta adequada à circunstância.

Essas pessoas que não sabem, deveriam saber que a Freguesia de Souto da Carpalhosa, ao nível das vinte e nove do concelho, está no "top ten", tanto em área como em número de habitantes. Uma freguesia com esta dimensão tem toda a legitimidade de reclamar os equipamentos que entende necessários para promover um desenvolvimento integral e saudável da sua população.

Quando ouço dizer que tal infra-estrutura não se justifica na minha freguesia, porque não tem clubes suficientes e que se encontra afastada da sede do concelho, zona onde provavelmente se encontra o maior número de clubes, tenho que perguntar se isto é razão suficiente para não se apostar na periferia e para fomentar a prática desportiva, para a estimularmos temos que ter equipamentos de qualidade e este é um deles.

Sempre dissemos que consideramos este equipamento como um bem construído na Freguesia de Souto da Carpalhosa mas para servir todo o concelho de Leiria e não só esta freguesia. De facto, se pensássemos de forma tão curta, aí sim, estaríamos todos de acordo.

Tais críticas, levam-nos a fazer a seguinte reflexão:

Porque razão não se há-de deslocar os atletas, por exemplo de Leiria para o Souto da Carpalhosa e teriam que ser os do Souto, porque os há e não são poucos, a deslocarem-se para Leiria? A distância entre Leiria e o Souto da Carpalhosa não é a mesma que do Souto para Leiria?

As freguesias mais afastadas da sede do concelho, têm visto os investimentos em infra-estruturas básicas passarem-lhes um pouco ao lado. Estamos atentos e não aceitamos que nos tornem mais periféricos do que aquilo que já somos.

Deixo ainda um apelo aos senhores deputados, para que não venham criticar a oportunidade e utilidade dos novos equipamentos desportivos projectados para o concelho, porque estou certo, e de outra forma não poderia ser, que o executivo



da Câmara já viabilizou todos os estudos necessários que justificam o esforço a realizar nesses investimentos. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor deputado Paulo Pedro.

DEPUTADO PAULO PEDRO (PS)

Paulo Pedro, Partido Socialista.

Começava por fazer um voto de felicitações à Câmara Municipal de Leiria, aqui na pessoa do senhor vice-presidente, relativamente à obra da Estrada Atlântica.

Era uma obra que andou durante muitos anos, mais de uma década, de gabinete em gabinete, nunca avançou, e, este executivo pô-la em prática e está quase finalizada. Temos a noção que é uma mais-valia muito importante para a zona da praia do Pedrógão, aliás, porque era neste momento, o concelho de Leiria, o único que não tinha feito o seu troço de Estrada Atlântica, já havia quatro concelhos vizinhos, nomeadamente Nazaré, Alcobaça, Marinha Grande e Pombal, já tinham executado os trabalhos, só a Câmara Municipal de Leiria não tinha ainda feito a parte que lhe competia no concelho de Leiria.

Portanto, congratulamo-nos com isso, é uma obra que está quase finalizada e de certeza absoluta vai estar pronta para a próxima época balnear e é uma mais-valia muito importante para aquela praia.

Falar também, relativamente à praia do Pedrógão, de um problema gravíssimo que já mais do que uma vez o pusemos nesta assembleia, mas que queria hoje também deixar aqui a minha preocupação.

A praia do Pedrógão está a sofrer muito com a erosão costeira, esta semana foi inaugurado oficialmente o prolongamento do molhe norte do Porto da Figueira da Foz, e sabendo nós, porque está provado cientificamente, que as correntes dominantes são de noroeste e que aquilo que repõe os inertes da nossa costa daqui para baixo são tudo inertes que vêm da zona norte, a maior parte deles através dos rios, que já, pela intervenção humana, nas barragens e nos portos estuarinos diminuiu muito os inertes que são carreados para sul, e agora com mais esta obra do prolongamento do molhe do porto, que em devido tempo alertámos as entidades oficiais, nos preocupa muito e hoje assisti a uma coisa



que nunca tinha visto e penso que nunca ninguém tinha visto na praia do Pedrógão, o nível de inertes desapareceu completamente, não há quase areia nenhuma, o mar já galgou o cordão dunar primário a sul da praia do Pedrógão, ou seja, a ETAR da praia do Pedrógão está em risco, e acho que andámos a evitar durante anos e anos que o mar conseguisse romper o cordão dunar primário e isso aconteceu este ano. E aconteceu este ano porque achamos que neste momento aquilo que a praia da Figueira da Foz já cresceu desde o início do prolongamento do molhe, julgo que já cresceu setenta metros pelo menos, e vai crescer entre cem a duzentos metros de extensão o areal da praia da Figueira da Foz, esse crescimento a norte do molhe vai ter implicações gravíssimas nas praias todas a sul. Implicações essas que o próprio IPTM – Instituto Português dos Transportes Marítimos, assumiu e garantiu repor areia nas praias mais perto, nomeadamente Cabedelo, Gala e costa de Lavos. Portanto, sabe-se claramente que a aquela obra vai ter implicações graves a sul, aliás, o Professor Veloso Gomes, um dos reputados cientistas nesta área, é das pessoas que mais sabe da dinâmica costeira em Portugal, disse num colóquio na Figueira da Foz, promovido pela ARH – Administração da região Hidrográfica, que aquilo que estava a ser construído ia ter resultados gravíssimos na costa a sul. E o facto é que aquilo que acontece este ano na praia do Pedrógão, embora a praia do Pedrógão já estivesse a sofrer erosão, nunca como este ano, e eu tenho esperança que ainda venham umas nortadas e que reponham a parte de areia mas digamos que, há ali prejuízos que nunca mais são repostos, nomeadamente todos os passadiços de madeira foram atingidos, todos estão destruídos na sua parte final, e aquela situação do cordão dunar dificilmente por intervenção humana se vai conseguir repor.

Em tempos vimos escritos algumas propostas de pessoas que tinham conhecimento nesta matéria, de que seria útil, necessário e obrigatório, a construção de um bypass inferior ao estuário à entrada do porto, porque caso contrário o porto vai andar a ser dragado continuamente, para poder manter níveis de acessibilidade para navios que lhes interessem, e deveria ser construído um bypass para que os inertes passassem normalmente de norte para sul como passariam se não existisse aquela intervenção perpendicular à costa, que tantos



prejuízos traz. Essa proposta nunca foi para a frente, tinha custos e portanto nunca foi para a frente, e o facto é que estamos hoje todos a sofrer.

Eu já vi hoje um escrito de um especialista nesta matéria, aqui da nossa zona, da Universidade de Coimbra, que disse claramente que até S. Pedro de Moel vai sofrer esta acção da retenção de inertes feita por aquele molhe do norte do porto da Figueira da Foz.

Aquilo que eu pedia à Câmara Municipal é que fosse feito um estudo, nós temos que pedir responsabilidades às nossas entidades e que a Câmara Municipal pudesse promover um estudo científico que nos estudasse não só o facto da erosão costeira vir a avançar continuamente, mas também da possível relevância do prolongamento do molhe nesta situação que estamos a viver hoje. Era só. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Guerra.

Eu peço, especialmente aos dois grupos maiores, Partido Socialista e Partido Social Democrata, que façam a gestão do tempo das pessoas que vão usando da palavra, porque a certa altura correr-se-á o risco de os tais quinze, dezasseis minutos, poderem estar esgotados.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Há hoje ininterruptamente, desde quase há um ano a esta parte, diversos problemas, todos decorrentes de obras que se arrastam no tempo, que afectam as cidades simultaneamente em vários pontos e que estão a provocar sérias disfunções ao normal quotidiano com graves implicações na vida das populações e na economia. Em várias zonas o estado das coisas já começa a ser insuportável e não se pode tolerar por muito mais tempo. As populações e as actividades económicas urbanas estão fartas e indignadas, é preciso resolver rapidamente estes problemas.

Na estrada da Estação, Freguesia de Marrazes, os responsáveis dizem que as obras de reabilitação da passagem inferior sob o viaduto tiveram um impacto superior ao inicialmente previsto, não só pela profundidade a que se



encontravam as fundações da obra existente, bem como, das infra-estruturas de gás, água e electricidade que também se encontraram.

São argumentos e explicações que não colhem e que já não aceitamos e o que retratam é deficientes estudos geológicos, ou falta deles, e planeamento e metodologia deficientes, tudo sacrificado à redução de custos e maximização dos lucros da concessionária das estradas, e a Câmara não sabe defender os interesses locais.

A estrada dos Marinheiros, uma obra da responsabilidade dos SMAS, está em obras com uma execução que se vem arrastando desde há mais de seis meses, são cerca de trezentos metros que nunca mais se resolvem.

No Centro Histórico é o mesmo calvário, e há já quem esteja à beira de um ataque de nervos. Obras que fazem, que andam, ruas cortadas e moradores desesperados. Há, em tudo isto, falta de planeamento, falta de coordenação e de método, e acima de tudo falta de respeito pela população e menosprezo pelo bom desempenho da nossa economia.

Sobre o uso do espaço da actual Rodoviária dizemos, desde já, que estamos de acordo com as iniciativas e projectos que promovam a revitalização habitacional e económica daquela zona e baixa da cidade. Mas não estamos nem podemos estar de acordo, que isso se faça a qualquer preço.

Em anterior sessão da Assembleia Municipal, ficou aqui o compromisso que sobre este tema iria decorrer um debate e prestadas todas as informações sobre o andamento deste processo. De facto, na sessão da Assembleia Municipal de 24 de Setembro de 2010, face a notícias publicadas num jornal local, apresentei um requerimento a solicitar que o senhor Presidente da Câmara informasse esta assembleia municipal da proposta exacta para a futura localização da Rodoviária, mas até à presente data ainda estamos à espera. Só que, os jornais já dizem que a central de camionagem vai ficar junto ao Mercado Municipal e o projecto de arquitectura para o novo terminal rodoviário já está aprovado. E o projecto para o actual espaço da Rodoviária também já está aprovado? Em que ficamos?

Quem é responsável pelas decisões de grande impacto no território? Quando é que a Assembleia Municipal e a população se podem pronunciar?

Tenho aqui uma **proposta** dirigida à Mesa que é a seguinte:



- Considerando que todos os grupos representados na Assembleia Municipal têm apresentado moções relativas a assuntos de interesse para o concelho, quer dirigidas ao Governo, quer a outras entidades;
- Considerando que, após a sua aprovação, a Assembleia Municipal deixa de ter qualquer informação sobre o seu andamento;
- Considerando, ainda, a necessidade de dar a conhecer aos munícipes, o trabalho feito pelos seus representantes e as posições tomadas pela Assembleia Municipal;

O PCP propõe:

Que seja dado conhecimento à Assembleia Municipal do andamento das moções aprovadas.

Que as mesmas sejam publicitadas, rotativamente, num dos órgãos de comunicação social do concelho.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Esta proposta será submetida à votação no tempo próprio e merecer-me-á duas ou três considerações com certeza como Presidente da Assembleia Municipal.

Senhora deputada Odete João.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Odete João, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores deputados, senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício, senhores vereadores.

Fomos confrontados recentemente por algumas notícias na comunicação social, de um matéria respeitante à situação da Leirisport no que tem a ver com o Imposto Sucessório sobre a doação de terrenos onde se implantou o estádio.

A factura chegou, devagarinho, em 2011, e ascende a um montante de cerca de quatro milhões de euros, cerca de seiscentos mil euros são em juros de mora. Tudo isto seria evitado se a anterior gestão tivesse sido capaz de resolver o assunto devidamente, evitando estes custos para todos, em prejuízo necessariamente daquilo que é o desenvolvimento do concelho. Mais uma vez, existe uma despesa para pagar que teria sido evitada.



Mas a história é longa, e em Julho de 2006, a Leirisport é notificada de um conjunto de situações a que eu, prosaicamente, lhe vou chamar irregulares. Tinha a ver com o IRC, tinha a ver com o IVA e tinha a ver já com o Imposto sobre Sucessões de doações. Esta notificação surge em consequência de uma acção de inspecção à empresa e novamente as mesmas razões que já aqui nos habituámos a ouvir, omissões, inexactidões, e falta de entrega de prestação tributária.

Em Novembro desse mesmo ano, os dois primeiros impostos (IRC e IVA) são pagos, mas a multa veio também, e a multa foi vinte mil euros. Mais uma despesa desnecessária que os leirienses tiveram que pagar. E é a este somatório de coisas que nós nos temos vindo a habituar, devagarinho parece mais uma dívida, mais uma factura, mais uma multa, mais uma coima, e vem sempre em prejuízo daqueles que procuram fazer o melhor e procuram também que o concelho tenha aquilo que merece, que de facto é difícil. Mas, não sendo motivo de riso, como já ouvi aqui, a situação parece-me mais desagradável quando os responsáveis não ouviram, não souberam, não se lembram. De facto isto traduz bem aquilo que foi a gestão de anteriores executivos.

Por isso, senhoras e senhores deputados, este é o valor que temos a pagar por uma gestão que de facto não contou com aquilo que é o essencial deste concelho. E se formos somar estes acrescentos que têm vindo, àquilo que nós somamos os custos do estádio e dos respectivos acessos, chegamos quase não aos 94,5 milhões mas aos 100 milhões, naquilo que é a despesa que se contabiliza sempre com "c", mas naquilo que é a receita do Município se contabiliza sempre com um "s".

Portanto, senhoras e senhores deputados é bom que quando passarmos pelo estádio, que todos nos lembremos que ele é o símbolo de tudo aquilo que representa para uma autarquia e aquilo que ela não pode fazer.

É evidente que estas situações estão sistematicamente a onerar os cofres do Município, descredibilizam a gestão autárquica, e têm origem em situações tão simples como inspecções de Finanças ou dislates para com a Direcção-Geral de Contribuições e Impostos. É para recordar a todos a gestão difícil que este



executivo tem pela frente quando facturas destas estão sistematicamente a cair na Câmara Municipal. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

O senhor deputado Manuel José Carvalho.

DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (PSD)

Manuel José Carvalho, PSD.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara em exercício, excelentíssimos senhores deputados, senhores vereadores, imprensa, munícipes, saúde para todos, dirijo-me em particular aqui ao lado esquerdo da bancada desta assembleia.

Queria abordar este tema da saúde porque o último mês de Dezembro ficou marcado por dois acontecimentos que, opostos na sua importância e relevância, devem ser registados.

Como é sabido a região de Leiria foi contemplada em Dezembro com a criação do Centro Hospitalar de Leiria/Pombal, que mais do que uma mera decisão política da tutela, no contexto de racionalização de custos e meios e reorganização dos serviços de saúde, esta boa notícia é o culminar de um trabalho por todos reconhecido, de rigor, dinamismo e competência do Conselho de Administração do Hospital de Santo André de Leiria, liderado pelo Dr. Helder Roque.

É para nós todos um orgulho saber que Leiria e a sua região têm um hospital de referência, a crescer continuamente, com exercícios positivos, com indicadores de saúde entre os cinco melhores hospitais do País, e serviço de excelência nacional reconhecida, como são os casos da Pediatria e da Cardiologia, para citar alguns.

No extremo oposto temos, com muita pena minha, os Cuidados de Saúde Primários e o Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Litoral II. O exercício da equipa que cessou funções em Dezembro não foi capaz de acompanhar as exigências da reforma dos Cuidados de Saúde Primários. Ao fim de três anos e meio Leiria e a sua região, abrangendo os concelhos da Marinha Grande, Batalha e Porto Mós, abrangidos por este ACES Pinhal Litoral II, continua apenas a ter duas unidades de saúde familiar, por sinal duas das primeiras cinquenta a serem



criadas no universo actual das duzentas e oitenta e três USF em actividade no País.

A entrada em funcionamento destas unidades de saúde familiar, permitem já hoje a assistência de 3,5 milhões de utentes do SNS, com um ganho de cobertura de cerca de quatrocentos e cinquenta mil utentes, que estavam sem médico de família.

A racionalização de custos, os ganhos em saúde e os inquéritos de opinião aos utentes e técnicos de saúde, bastante desfavoráveis, não deixam dúvidas quanto ao caminho a percorrer. As USF da Batalha, Marinha Grande e Porto Mós, têm sido sucessivamente adiadas, apesar de várias vezes anunciadas na imprensa local. As Unidades de Cuidados de Saúde personalizadas, as Unidades de Saúde Pública, as Unidades de Cuidados na Comunidade, todas elas partes da reestruturação dos ex-centros de saúde, estão ainda por implementar, com graves prejuízos para os utentes da nossa região.

Ao trazer este assunto e esta preocupação a esta Assembleia Municipal, é apenas um alerta para que a futura gestão do ACES Pinhal Litoral II seja, a exemplo do nosso hospital, um factor de dinamismo, de competência e de implementação da reforma, em que o director executivo a nomear, não seja apenas um figurante com um cartão, mas um actor que acredite na reforma dos Cuidados de Saúde Primários, que assuma uma atitude de ser e não uma de estar. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Manuel Silva.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

José Manuel Silva, Partido Socialista.

Boa noite. Senhor Presidente da Assembleia, senhor vice-presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais, duas notas ou três muito breves, fundamentalmente para colocar aqui algumas notas em relação a algumas afirmações que aqui foram produzidas.

E começava pelas obras no Centro Histórico e na cidade.

Certamente algumas das pessoas que aqui estão já terão até lido coisas escritas por mim, relativamente às obras, e portanto estou absolutamente informado



sobre a situação, o PS tem-se preocupado naturalmente com isso, e tem procurado com a Câmara Municipal encontrar as melhores soluções para o problema. A realidade é que, como toda a gente sabe, as obras têm um timing, que resulta de um financiamento, eu não vou aqui novamente invocar que isto vem do passado mas é conhecido que assim é, o que é verdade é que há um timing para realizar as obras, esse timing é muito apertado e nem sempre tem sido possível atender aos interesses de todos nós relativamente a essa matéria. Mas eu queria deixar aqui uma palavra de reconhecimento particularmente ao senhor vereador Lino Pereira, que tem acompanhado este processo, e que de tudo tem feito para que sejam minimizados os prejuízos à população, embora seja verdade que os impactos negativos são conhecidos, e que a Câmara tem naturalmente que fazer o que é necessário ser feito para que, sempre que possível, haja alguma limitação de impactos que naturalmente num caso ou noutro perturbam mais.

Agora, o que me parece que é importante, é ver o enorme trabalho que está a ser feito, aliás, eu convido os presentes, se ainda o não fizeram, para verem umas fotografias sobre as obras que foram colocadas no Facebook (passo aqui a publicidade), e que realmente atestam bem a grandeza da intervenção que está a ser feita na cidade e certamente só terá paralelo nas obras que foram feitas anteriormente no âmbito do POLIS e que tiveram um impacto muito positivo na cidade, mas durante o período em que foram feitas também tiveram, como todos se lembrarão certamente, um impacto difícil de suportar às vezes nalguns casos. Queria também deixar aqui uma palavra em relação a uma coisa que foi dita pela nossa ilustre deputada Mónica António, aliás por quem tenho a maior estima e consideração, sobre que teria sido a Câmara Municipal a dar indicações à polícia para efectuar uma coisa que, usando as palavras delas, chamou "caça à multa". Primeiramente toda a gente, sabe e a senhora deputada também, que a polícia não recebe ordens da Câmara Municipal, a polícia tem um comando próprio, a Câmara Municipal poderá num caso ou noutro solicitar ao Comando Geral da Polícia local ou distrital que reforce a vigilância aqui ou acolá, agora a acção da polícia compete à polícia não à Câmara Municipal.



Por outro lado devo dizer que fico sempre um bocadinho tocado quando ouço falar da caça à multa, porque realmente se há multa é porque alguém infringiu a lei. Eu sei que é uma expressão corriqueira, em Portugal ficamos muito enervados com esta ideia de andar a polícia a multar e todos nós somos contra a caça à multa, agora o que é verdade é que é preciso ter a noção de que se alguém é multado é porque com certeza infringiu a lei, se não infringiu tem todos os meios de defesa necessários para se queixar e para tentar obter o ganho de causa que entender relativamente a essa matéria.

Finalmente, uma palavra em relação ao meu caríssimo médico de família, suponho que foi por isso que ele se dirigia mais aqui para o lado esquerdo, e eu senti-me logo naturalmente satisfeito porque o meu ilustre médico de família me deseja muita saúde sobretudo. Dizer apenas ao deputado Manuel José que quem nomeou o Dr. Helder Roque foi o mesmo Governo que nomeia os outros dirigentes da ARS, e portanto certamente que os critérios foram utilizados para uns são os mesmos que são utilizados para os outros. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal, a quem peço desculpa porque estava inscrito antes e passou-me o nome. Peço desculpa.

DEPUTADO ARLINDO BRITES (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO ARRABAL)

Boa noite!

Arlindo Brites, Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal.

Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara em exercício, senhoras e senhores vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, senhoras e senhores deputados, comunicação social e público aqui presente.

Em primeiro lugar ia começar por questionar a Câmara sobre o funcionamento das brigadas. Todos sabemos que há novas regras, novos responsáveis, só não sabemos quais são essas regras nem quais são esses responsáveis. Quando pergunto respondem-me que vamos ser informados, através de um ofício, mas ano e meio passado e o ofício nem vê-lo. Portanto, aguardava por essa informação quanto antes.



A segunda questão, prende-se com o pelouro da cultura, tem a ver com o cancelamento dos apoios referentes ao ano de 2010, às associações culturais.

Na reunião de Câmara de 28 de Dezembro, à qual tive oportunidade de assistir, foi aprovada uma deliberação para cancelamento dos apoios a estas instituições.

Ora, todos sabemos que isto é mais um corte nas freguesias, é lá que estão as colectividades culturais, e em particular na Freguesia do Arrabal. Então vejamos:

O concelho de Leiria tem vinte e nove freguesias, onde existem onze filarmónicas, todas elas nas freguesias rurais, destas onze duas são na Freguesia do Arrabal, tem vinte e seis ranchos folclóricos, um é no Arrabal, tem onze corais, um é no Arrabal, eu sei que isto não foi feito para atingir o Arrabal mas verdade é que atinge. Ora, estas instituições não fazem só festas, romarias e arraiais, dão formação musical, transmitem cultura, formam homens e mulheres do amanhã. Na Freguesia do Arrabal estas instituições ocupam os tempos livres a mais de duzentos e cinquenta jovens, que se não estiverem nestas ocupações, que os forma e valorizam estarão eventualmente noutras práticas menos recomendáveis e com custos sociais mais elevados. Só um pequeno aparte, mais de 65% dos jovens entre os sete e os trinta e cinco anos, na Freguesia do Arrabal, sabem música.

Por isso eu apelava ao bom senso desta Câmara e em particular do senhor vereador da Cultura, para não deixar que esta identidade se perca. Ficava-lhe agradecido senhor vereador.

Agora vou falar de uma rua famosa, não, não é aquela que estão a pensar, mas é verdade, tenho tendência para falar das ruas famosas. Esta é uma história que podia começar por "era uma vez" como começam as histórias infantis, efectivamente vou começá-la por era uma vez.

Era uma vez uma rua muito famosa onde viviam quatro vereadores da Câmara Municipal de Leiria, entre outras pessoas famosas. Tudo começou com a necessidade de podar umas pequenas árvores aí existentes, vai daí e pede-se uma máquina às obras municipais para arrancar as ditas árvores, e atrás do arranque das árvores arranca-se também o lancil, as caldeiras, e assim começa uma obra, ao que parece, sem conhecimento do respectivo pelouro. Sem qualquer planeamento nem coordenação e acompanhamento do Departamento



de Obras Municipais, e como não foram projectadas nem planeadas, eis que se esquecem da passadeira para peões! Que chatice! Pois o pelouro do trânsito também não tinha conhecimento. Não faz mal, estamos sempre a tempo de arrancar novamente o lancil e fazer de novo. Pois é, muita gente a mandar e pouca a coordenar. Para quem ainda não sabe qual é a rua eu digo, é a Avenida Marquês de Pombal em Leiria.

Já agora uma pergunta. Estas obras enquadram-se no projecto existente, de requalificação daquela artéria? Ou será que brevemente vamos ver o lancil novamente arrancado?

Peço desculpa pela ironia e muito obrigado por me terem escutado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Muito boa noite a todos, senhor Presidente, distinta Mesa, distintos vereadores da Câmara Municipal, Partido Socialista, adjacentes e oposição...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, os vereadores ou são ou não são, não são adjacentes. Não é a primeira vez que isto acontece. Eu pedia aos senhores deputados que usassem um vocabulário mais digno nesta assembleia. Peço desculpa de o ter interrompido senhor deputado!

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

Continuando, os meus cumprimentos, neste caso ao senhor vice-presidente da Câmara que está aqui em representação do senhor Presidente, que infelizmente não está aqui por motivos de saúde, esperamos naturalmente que se recomponha rápido porque faz aqui muita falta, aqui e pelos vistos também na Câmara Municipal para poder coordenar as coisas de outra maneira.

Eu vim aqui agradecer também ao senhor Presidente da Assembleia Municipal por nos ter informado hoje o destino da proposta do senhor deputado José Alves. Ele levantou-se naquela assembleia extraordinária, excepcionalmente, aliás é o que consta da acta, levantou-se do seu lugar e veio aqui fazer uma intervenção,



um depoimento pessoal, sobre as questões em redor da Leirisport, nomeadamente sobre um dos aspectos concretos dos contratos.

Eu hoje confesso que fiquei aqui um pouco estranhamente desconfortado porque verifiquei que a discussão dessa proposta passou um pouco à clandestinidade, enfim, perdeu-se por aí pelos corredores, mas com certeza ela virá aqui proximamente. Até porque, a propósito das questões da Leirisport já hoje tivemos aqui oportunidade de ouvir a senhora deputada Odete João falar largamente sobre esta matéria, até citando algumas notícias vindas na comunicação social, e porque eu de vez em quando olho para a comunicação social e realmente também li essa notícia, lembrando-me que apesar de tudo o senhor Presidente da Câmara dizia que, as questões fiscais no âmbito da Câmara e da Leirisport, a ele seriam avocadas. E eu esperava que o senhor Presidente da Câmara recuperasse para poder então discutir essas matérias fiscais que estamos a falar.

Mas de qualquer forma, tendo isso em atenção, eu vou deixar aqui uma proposta que vou passar de imediato a ler se me for permitido. É-me permitido senhor Presidente?

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Com certeza senhor deputado!

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

Na **proposta** consta o seguinte:

"Tendo em conta as notícias vindas na Comunicação Social sobre a cobrança do Imposto Sucessório pela Leirisport, propõe-se que sejam fornecidos aos Deputados Municipais cópia integral dos documentos que dizem respeito ao processo em referência, para que todos possam avaliar todos os seus contornos."

Já hoje ouvimos aqui o deputado Paulo Pedro chamar a atenção sobre a Estrada Atlântica, que foi um concurso lançado no mandato anterior como se sabe, e que, felizmente, está a ser concretizado, porque é para isso que se fazem os concursos, é para efectivamente as obras serem concretizadas. E portanto é bom que haja obras que se vejam, assim como o senhor deputado José Manuel Silva também hoje já aqui referiu, uma série de obras que estão realmente em curso e



que também foram preparadas anteriormente e felizmente estão a ser concretizadas. Mas a conjugação e a calendarização das obras tem que ser uma realidade e Leiria efectivamente está um autêntico estaleiro, muitas das obras são lançadas se calhar sem esta conjugação e sem a devida preparação e calendarização. Era uma questão que eu queria deixar aqui ao pelouro respectivo.

Queria também aqui deixar duas perguntas que me parecem pertinentes. Uma tem a ver com o facto seguinte:

Aqui há uns anos atrás, não muitos, a Câmara Municipal transmitiu o direito de superfície à Associação de Solidariedade Social dos Professores, um terreno para a construção da Casa dos Professores. Acontece que não há muito pouco tempo no respectivo terreno que foi cedido a esta associação, foi implantada uma torre de alta tensão e ligados os respectivos cabos à rede. E portanto eu gostava, logo que pudessem, informassem um pouco dos contornos desta situação que me parece um pouco bizarra, mas não sei se é para fornecer energia aos professores quando estiver lá a obra, ou o que é que se terá passado, mas convinha esclarecer.

Também gostava de pedir um esclarecimento sobre aquilo que se está a passar em Santa Catarina da Serra quanto à questão do viaduto que dá acesso àquelas obras, porque tanto quanto sei houve aqui uma alteração da localização do viaduto e, tanto quanto sei também, posso estar errado mas a Assembleia de Freguesia de Santa Catarina da Serra penso eu que não foi chamada a pronunciar-se sobre estas alterações que foram feitas ao projecto.

Por fim, gostava de vos dizer que estas assembleias municipais são muitas vezes alvo da curiosidade dos cidadãos do concelho, a comunicação social faz o seu papel de transmitir um pouco aquilo que aqui se passa, mas eu queria deixar uma pergunta. Era saber se será tecnicamente possível, conseguir uma forma de, através da internet, se fazer a transmissão directa das assembleias municipais, para que os cidadãos em casa, onde estejam, possam acompanhar aquilo que aqui e passa, dentro de um princípio de clara transparência e de clara liberdade de análise que os cidadãos são naturalmente passíveis de fazer. Muito obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Perdoar-me-ão, eu antes de dar a palavra ao senhor deputado Luís Pinto, que é quem segue no uso da palavra, prescinde? Pronto, o senhor deputado Luís Pinto prescinde e antes de fazer uma pergunta final, gostaria de esclarecer o seguinte, porque eu gosto das coisas muito claras e nem sequer invoco o direito de resposta porque penso que o Presidente da Assembleia não o deve fazer.

Foi dito nesta intervenção que a assembleia ficou hoje a saber que o senhor deputado José Alves fez uma proposta, a assembleia ficou a saber no dia que ele fez a proposta porque ele apresentou-a aqui como proposta. Portanto, está na acta, se lermos a acta dessa sessão com atenção vemos que a proposta foi apresentada como proposta, nessa sessão, portanto a assembleia não ficou a saber hoje. Mas isso não é desagradável, o desagradável é que se tenha dito que a proposta passou à clandestinidade, foi esta a palavra utilizada. Não é bonito, e gostava de recordar duas coisas: Primeiro a minha própria informação, que transmiti a esta assembleia, no sentido de que o proponente comunicou ao Presidente da Assembleia Municipal que não queria que a proposta fosse discutida nesta assembleia. Segundo, permitam-me que leia o n.º 11 do artigo 20º do Regimento "Os proponentes de pontos agendados na ordem de trabalhos incluindo a Câmara Municipal, podem retirá-los antes do início da discussão". Se os proponentes podem retirar antes do início da sessão, por maioria de razão o podem fazer, antes até de eles serem agendados, calculo que é uma interpretação muito normal e correcta. É este o esclarecimento que gostava de dar. Eu não ofendi a sua honra senhor deputado, se quiser usar o direito de resposta concedo, mas, perdoar-me-á, não lhe dou a palavra para defender a honra porque não ofendi a honra de ninguém. Faça favor.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Senhor Presidente, com toda a estima e consideração pessoal que tenho por si e naturalmente pela sua função, gostaria de lhe dizer que as apreciações que fiz foi de carácter político, e quando falo aqui de passagem à clandestinidade estou a falar de política, não estou a falar de formalismos. E portanto, não foi



deselegância da minha parte, em relação ao senhor deputado José Alves, e se foi tomado como tal desde já apresento as minhas devidas e sinceras desculpas, porque não foi esse o objectivo, e portanto queria sublinhar apenas e tão só, o aspecto político da minha intervenção.

Quanto à questão, eu falei da discussão da proposta e não da proposta em si. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Uma nota final ainda. A questão da transmissão pela internet, se for objecto de uma proposta feita num tempo nesta assembleia, a assembleia discuti-la-á obviamente e conforme o que a assembleia vier a decidir assim se cumprirá. Se alguém entender dever confrontar a assembleia com esse assunto ele será discutido.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes pediu-me a palavra no momento em que usava da palavra a senhora deputada Odete João e fez-me sinal de que era em relação ao que ela estava a dizer. Se era, não lhe dei nem posso dar a palavra porque não há direito de resposta da sua parte porque não o interpelou e portanto não me leva a mal que não o faça.

Termina o período de antes da ordem do dia, e antes de passarmos à discussão das propostas eu perguntaria ao senhor vice-presidente da Câmara Municipal se tem esclarecimentos a prestar em relação às intervenções feitas.

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)

Muito boa noite.

Senhor Presidente da Mesa, senhores vereadores, senhores deputados, senhores Presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores.

Antes de mais queria saudar a presença do Presidente de Junta de Carvide que hoje, ao fim de algum tempo hospitalizado, regressa a esta assembleia, e por isso foi com grande satisfação que o vejo nesta sala junto dos seus colegas.

Relativamente a algumas questões que foram colocadas, passava a tentar responder sucintamente à questão das obras do Centro Histórico.

O que se passa e isto é do conhecimento público, há uma candidatura aprovada no âmbito da regeneração urbana, uma candidatura que se chama PALOR, que



contém um conjunto de projectos e que apenas em 2009 foi executada uma obra orçada em cento e vinte e seis mil euros. Todos os outros projectos não tinham dado início a sua execução.

A Câmara Municipal confrontada com a necessidade de cumprir com um calendário apertado, que é a conclusão das obras até Julho de 2011, tinha que pôr no terreno rapidamente um conjunto de obras. E para as pessoas que andam mais distraídas relativamente às obras que estamos a falar, posso passar a enumerar: requalificação da margem direita do Rio Lis, entre Santo Agostinho e a Ponte Afonso Zuquete, um montante de investimento de setecentos e oitenta e dois mil euros, obra em curso, requalificação do espaço público envolvente do antigo Liceu Rodrigues Lobo, cento e quarenta e cinco mil euros, obra em curso, requalificação do espaço público da zona alta do Centro Histórico, 1,5 milhões de euros, obra em curso, iluminação da barbacã na Rua Pêro Alvito, cento e cinquenta e três mil euros, obra concluída, requalificação da Rua Tenente Valadim, quinhentos e oitenta e sete mil euros, obra em curso, construção do Centro Cívico e respectiva praça pública, montante orçado em oitocentos e vinte e seis mil euros, reconversão do convento de Santo Agostinho, montante orçado de 2 milhões de euros também, obra em curso.

Estes oito projectos, que totalizam aproximadamente seis milhões de euros, é uma oportunidade única para Leiria e com o prazo curto que tínhamos para as executar não podíamos hesitar na sua execução. E essa execução foi iniciada, por este executivo, e tinha existido muito tempo para o fazer antes, mas não foi feito. E nunca ninguém percebeu esses motivos desses atrasos. E portanto, a obra está em curso, e tem um prazo para terminar no mês de Julho de 2011, podendo, caso não se cumpra com este prazo, perder todo o financiamento que é na ordem dos 80% podendo ser majorado para os 85%. É uma oportunidade que não podíamos deixar perder e por isso tivemos que pôr mãos à obra e quando tantas vezes se ouve não existir obra em Leiria, pois bem, estamos a fazer oito obras ao mesmo tempo, sabendo que isso prejudica naturalmente aquilo que é o normal funcionamento de uma cidade mas que não podíamos deixar de as concretizar.

Sobre a questão relacionada com a segurança e a caça à multa.



A Câmara não dá instruções ao comando da PSP relativamente a esta matéria, agora não posso deixar de dizer que o estacionamento abusivo na zona central da cidade não pode continuar a acontecer. É uma zona crítica, é uma zona que necessita em caso de segurança, de emergência, de acesso fácil aos meios de socorro, e portanto muitas das vezes assistimos a estacionamento abusivo bem dentro da Praça Rodrigues Lobo. E por isso, não podemos aceitar que isso aconteça, e se a PSP tem essa função de disciplinar, não faz mais que a sua obrigação.

Para dizer que, na parte da segurança, também estas obras, sobretudo na zona alta do Centro Histórico, está contemplado um reforço de iluminação, não só a parte referente ao piso mas toda a parte referente também à parte infra-estrutural, substituição de canalizações e telecomunicações, existe naturalmente um reforço de iluminação, uma preocupação deste Município e que irá naturalmente ter um acréscimo de segurança à nossa cidade.

De referir que foi hoje reaberto também o trânsito em frente ao Banco de Portugal, e que resulta naturalmente de um estudo que fizemos também relativamente àquilo que podia ser o trabalho de reabertura do trânsito que no fundo responde a um conjunto de expectativas e também de reclamações dos próprios leirienses, e por isso a Câmara Municipal optou por reabrir o trânsito nesta zona da cidade, o que irá também tornar mais fácil a circulação dentro do centro da cidade.

Ainda voltando à segurança no Centro Histórico, referir também que foi estudado o contrato local de segurança com o Ministério da Administração Interna que em princípio, no dia 20 de Março, terá o seu diagnóstico pronto e estará em condições de começar a ser implementado na nossa cidade também, ode passará naturalmente pela videovigilância, um dos nossos objectivos em termos de segurança pública.

Parque de estacionamento do Hospital Santo André.

A Câmara está naturalmente a procurar parques de estacionamento alternativos na zona, embora convém referir que a receita desse estacionamento é para o hospital, não é para o Município, e portanto tem autonomia própria naquilo que é



a sua constituição como parque de estacionamento dentro de um recinto que é próprio.

Em relação à intervenção da Presidente de Junta de Monte Redondo, obviamente que as obras que estão a ser desenvolvidas no âmbito do abastecimento de água do aquífero da Mata do Urso, são obras importantes para o concelho, naturalmente, tem impacto grande na Freguesia de Monte Redondo. Mas também vai ter impacto nos Marrazes, vai ter impacto noutras zonas do concelho, e por isso precisamos acompanhar não só estas intervenções como a informação que tenho, que no dia 4 de Março o senhor Presidente e o adjunto do senhor vereador Lino Pereira irão estar presentes na reunião em Monte Redondo, para esclarecer o que tem de ser esclarecido.

Quanto à Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa, relativamente ao pavilhão. É uma obra recentemente inaugurada, é uma obra que naturalmente a Câmara tem empenho na sua dinamização, tem feito já algum trabalho nessa área, colaborou com o clube de andebol da cidade com um torneio internacional, que foi na mesma altura em que foi inaugurado, e também informar que o próprio pavilhão está a servir para escola do 1º ciclo do Souto da Carpalhosa, no que diz respeito às actividades extracurriculares e também da componente de apoio à família. Portanto, é um pavilhão que tem potencialidades, e irá fazer o seu percurso naturalmente em termos de utilização e terá seguramente oportunidade de clubes poderem também utilizar essa infra-estrutura.

O deputado Paulo Pedro fala da questão da praia do Pedrógão e da erosão costeira. O problema é recorrente, todos os anos temos o mesmo problema em termos daquilo que é obras de reposicionamento das areias, a situação deste ano é uma situação pelos vistos mais complexa, a realização de um estudo acho que faz sentido, e faz sentido sobretudo articulado também com a Câmara Municipal de Pombal e com a Câmara Municipal da Marinha Grande, que têm as suas praias também a ser vítimas desta erosão e por isso o vereador irá disponibilizar-se para, juntamente com a RH, desenvolver esse trabalho científico e ver qual é a melhor maneira para encontrarmos soluções para este problema da erosão.

O deputado Carlos Guerra apresentou a questão da Estrada da Estação, gostaria de esclarecer que é uma obra que não é municipal, é uma obra decorrente do



alargamento do IC2, e portanto a sua responsabilidade é da LOC, a Câmara naturalmente acompanha e fiscaliza as intervenções. Na altura em que iniciaram as intervenções a Câmara encontrou, de uma maneira rápida e expedita, e sempre articulando com as populações locais soluções alternativas em termos de trânsito, e por isso também desejamos que essa obra termine rapidamente embora a Câmara não tenha responsabilidades no que diz respeito ao projecto, nem de execução nem da parte de planeamento.

Em relação à Rodoviária e à sua deslocalização é de referir que existe uma proposta que resultou daquilo que foi um concurso público para a colocação do centro comercial no topo norte, como deve estar recordado essa proposta já tinha uma localização para a colocação da estação da Rodoviária, eu fica em frente ao Mercado Municipal. No entanto, terá que ser avaliado, não existe naturalmente ainda nenhuma decisão relativamente ao novo centro comercial e as notícias que apareceram nos jornais a Câmara não teve conhecimento de mais nenhuma evolução desde aquele momento em que foi pedido uma avaliação prévia do projecto.

Quanto à intervenção do deputado Manuel José Carvalho sobre a questão da saúde, quero só dar a seguinte informação:

A Câmara deliberou esta semana a celebração de protocolos com o Ministério da Saúde, que irá permitir a construção do Centro de Saúde na zona sul do concelho, abrangendo as freguesias do Arrabal, Santa Catarina da Serra e Caranguejeira, que ficará em terreno junto ao futuro quartel dos bombeiros da zona sul, ficando assim uma unidade que irá servir melhor estas populações.

Senhor Presidente da Junta do Arrabal, as regras das brigadas se não foram comunicadas irão seguramente ser e serão comunicadas a todos os Presidentes de Junta ao mesmo tempo como não podia deixar de ser.

Relativamente aos apoios ao associativismo gostaria de fazer o seguinte comentário:

Ao vereador da cultura custa, naturalmente, cortar apoios ao movimento associativo cultural, porque é muito pouco aquilo que damos. E quando se tira 30% àquilo que já é pouco dói, dói mas tem que ser feito, porque o problema financeiro da Câmara, tem que tocar a toda a gente. Tocou nas Juntas, tocou no



peçoal da Câmara, tocou em quem nos fornece, e, teve que tocar também no movimento cultural e no movimento desportivo. E gostaria de dar só um número. Em 2009 foram transferidos subsídios para instituições sem fins lucrativos, na ordem dos 5,8 milhões de euros. Em 2010, registou-se uma redução de 2,1 milhões de euros, foram atribuídos apenas 3,7 milhões de euros. Foi decisivo para a estratégia de consolidação orçamental que a Câmara está a levar a efeito, e não podemos estar a prometer aquilo que não conseguimos pagar. Nós só conseguimos pagar 2009 em 2011, não faz sentido termos um ano de atraso nos pagamentos. Não vale a pena prometer para depois não conseguir cumprir.

Relativamente à obra da Avenida Marquês de Pombal gostava de fazer aqui também uma declaração de interesse.

Eu não moro lá, portanto não sou um dos quatro vereadores que mora, pelos vistos, na Avenida Marquês de Pombal, mas gostava de saber a opinião deles sobre a obra, porque o feedback que temos recebido é que a obra agrada às pessoas que lá moram e que lá passam, estão satisfeitos com a intervenção realizada. E por isso a intervenção é uma intervenção no âmbito dos espaços verdes, que levou à substituição das ameixeiras que estavam naquela zona, porque havia muitas reclamações não só de questões relacionadas com a segurança mas também com os estragos que provocava nos carros, uma vez que a queda dos frutos provocava não só esta insegurança mas também este problema em termos de danos.

Foi decidido retirar essas ameixeiras e substituir por outro espaço verde. O projecto existe e está aqui, Portanto, eu convidava o senhor Presidente de Junta, se ele quiser conhecer, antes de dizer e vir fazer as declarações que fez, está aqui, pode ser consultado. O que não está neste projecto é uma passadeira, e essa passadeira em boa altura foi identificada como uma necessidade, e tendo sido identificada como uma necessidade tivemos oportunidade de a colocar. E por isso, a intervenção dessa passadeira irá naturalmente ser feita e finalizada dentro de pouco tempo.

Senhor Presidente, eu acho que respondi a toda a gente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor vice-presidente.



Passaremos então às duas propostas que foram colocadas na Mesa e que eu passo a ler, de novo, cada uma antes da respectiva discussão, se houver lugar a discussão.

A **proposta** entregue pelo senhor deputado Carlos Guerra diz o seguinte:

"- Considerando que todos os grupos representados na Assembleia Municipal têm apresentado moções relativas a assuntos de interesse para o concelho, quer dirigidas ao Governo, quer a outras entidades;

- Considerando que, após a sua aprovação, a Assembleia Municipal deixa de ter qualquer informação sobre o seu andamento;

- Considerando, ainda, a necessidade de dar a conhecer aos munícipes, o trabalho feito pelos seus representantes e as posições tomadas pela Assembleia Municipal;

O PCP propõe:

Que seja dado conhecimento à Assembleia Municipal do andamento das moções aprovadas.

Que as mesmas sejam publicitadas, rotativamente, num dos órgãos de comunicação social do concelho."

Quem se quer pronunciar sobre a proposta? O senhor deputado Carlos Duarte.

Eu peço desculpa, era para falar nisso terminado este ponto, já estávamos em pleno período de "antes da ordem do dia" quando me foi dado conhecimento que o senhor deputado José Francisco era substituído pelo deputado Carlos Duarte. A justificação da presença dele aqui é esta. Faça favor.

DEPUTADO CARLOS DUARTE (CDS/PP)

Carlos Duarte, CDS.

Boa noite!

Senhor Presidente, senhor vice-presidente da Câmara, senhores deputados.

Em relação a esta proposta acho bem que seja dado conhecimento à assembleia das propostas que aqui são aprovadas, como é óbvio, quanto à publicação em jornais temos aqui a comunicação social, que fará toda a informação que achar pertinente. Se a comunicação social não considera isto pertinente se calhar a culpa é dos próprios deputados, eu próprio inclusive, porque não somos suficientemente atraentes para o público. Boa noite.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Odete João.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Odete João, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores deputados, senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício, senhores vereadores.

Pouco mais vou acrescentar, entendo que em política a transparência deve ser um princípio, por isso o grupo do Partido Socialista apoia a informação colocada na proposta do senhor deputado do PCP, de que o senhor Presidente dê conhecimento à assembleia do andamento das moções.

Quanto à segunda parte da questão da publicidade, há aqui duas ordens de razões e começo por subscrever aquilo que o senhor deputado que me antecedeu disse. De facto está aqui presente a comunicação social que entenderá, de sua justiça, colocar ou não isso nos seus jornais e nas suas rádios. E também há um outro problema, é que provavelmente para ser publicitado na comunicação social sendo uma iniciativa da Assembleia Municipal, tinha que ser pago. Portanto, esse como todos nós sabemos é um problema, mesmo por pouco que seja esse valor.

A minha contraproposta neste segundo ponto é que o site da Câmara Municipal de Leiria, que tem um submenu para a Assembleia Municipal, contenha esta informação, ou seja, publicite aí as moções, independentemente daquilo que depois pode ser dado como informação nesta assembleia municipal, mas coloque aí as moções que vão a discussão em cada assembleia municipal e as respectivas respostas. Portanto, tornando público e transparente aquilo que é a acção desta Assembleia Municipal. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Não tenho mais nenhuma inscrição, mas queria fazer uma pergunta ao senhor deputado Carlos Guerra que me responderá apenas se sim ou não, o que me



parece que é suficiente. Quando diz “publicitadas” refere-se a publicidade paga, presumo, se não, não seria rotativamente. Entendo bem? Entendo bem!

Portanto, o senhor deputado não foi ao microfone, fica registado em acta que a resposta foi afirmativa.

Antes de pôr à votação a proposta, gostaria de dar um esclarecimento e depois esclarecer em relação à metodologia.

A prática tem sido, e deduzo que o senhor deputado Manuel Antunes que exerceu antes de mim estas funções já tinha também esta prática, o Presidente da Assembleia Municipal envia as moções aprovadas a todas as entidades que são referidas nessas moções como potenciais destinatárias dos textos em causa. Quando as moções não mencionam destinatários a prática é o Presidente da Assembleia Municipal verificar quais são as entidades adequadas e envia a essas mesmas entidades. Presumo que, nesse aspecto, não alterei nada em relação àquilo que se vinha fazendo.

Portanto, se o Presidente da Assembleia Municipal depois não dá conhecimento do resultado das andanças das moções, é porque os destinatários não respondem que é o que acontece em 99% das vezes, penso que o deputado Manuel Antunes testemunhará com certeza isto, e nem sequer se dignam acusar a recepção dessas moções, alguns acusam e fica por aí.

Quanto à metodologia o que eu vou colocar à votação é, porque não houve alteração da proposta, a proposta tal como foi apresentada no período de “antes da ordem do dia”, não surge em plena discussão uma alternativa para subverter a lógica, a proposta foi apresentada no tempo certo.

E a proposta que foi apresentada foi no sentido de que seja dado conhecimento à Assembleia Municipal do andamento das moções e também que as moções sejam publicitadas, permite-me acrescentar porque houve esse esclarecimento posterior, como publicidade paga, rotativamente num dos órgãos de comunicação social do concelho. Ficou claro?

Quem vota contra a proposta?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?



A Assembleia Municipal de Leiria, delibera, por maioria, rejeitar a proposta, com vinte e nove votos contra, vinte e quatro abstenções e quatro votos a favor.

Pergunto à assembleia, penso que nos poderemos dispensar de a votar se o Presidente da Assembleia assumir, ou seja, que estas mesmas moções sejam publicitadas no site, no lugar da Assembleia Municipal. O presidente da Assembleia assume esse compromisso e dispensamo-nos de votar uma proposta que não foi apresentada no tempo próprio. Posso entender o silêncio desta assembleia como assentimento.

Segunda **proposta** e última, apresentada pelo senhor deputado João Cunha.

“Tendo em conta as notícias vindas na Comunicação Social sobre a cobrança do Imposto Sucessório pela Leirisport, propõe-se que sejam fornecidos aos Deputados Municipais cópia integral dos documentos que dizem respeito ao processo em referência, para que todos possam avaliar todos os seus contornos.”

Alguém pretende pronunciar-se?

Senhora deputada Odete João, peço-lhe mais uma vez contenção.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Odete João, Partido Socialista.

Eu apenas vinha recordar aqui a Lei n.º 5-A/2002, que é a primeira alteração à lei autárquica n.º 169/99. Diz exactamente isto, no artigo 53º, no que refere às competências desta assembleia, ponto 1, alínea f), e passo a ler:

“ Compete à Assembleia Municipal, através da mesa, solicitar e receber informações, sobre assuntos de interesse para a autarquia e sobre a execução de deliberações anteriores, o que pode ser requerido por qualquer membro em qualquer momento.”, ou seja, esta proposta está vazia de conteúdo, porque qualquer um de nós o pode fazer, e eu fiz esse requerimento quando quis saber o que é que se passava com a Leirisport. Portanto, qualquer um de nós o pode fazer, isto é o mesmo que estar a dizer cumpra-se a legislação, do ponto de vista daquilo que é o ordenamento jurídico do funcionamento da assembleia, não faz



sentido esta proposta, parece que alguém anda a esconder alguma coisa, não, todos nós temos acesso aos documentos, basta solicitá-los através da mesa, é o que diz a legislação e é isso que, da parte que me compete e ao Partido Socialista, nós fizemos. Pedimos a documentação e ela foi-nos fornecida. É o normal funcionamento da democracia.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes. Peço-lhe também que seja contido, estamos no período de "antes da ordem do dia" que já excedeu o seu tempo.

DEPUTADO AMÍLCAR GASPAS (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE REGUEIRA DE PONTES)

Amílcar Gaspar, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhor vice-presidente da Câmara, senhores deputados, senhores vereadores, comunicação social e cidadãos.

Efectivamente este tema da Leirisport, eu sinceramente tenho pena que a nossa cara colega deputada Odete, não esqueça um bocadinho o passado e parta para a frente. Nós temos que de uma vez por todas começar a olhar para a frente.

Eu tive o cuidado, também, de analisar o processo. É um processo fiscal, houve alguns procedimentos que realmente não correram bem, mas de uma vez por todas penso que já chega de nos estarmos a queixar do passado. E de uma vez por todas, penso...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado não me leve a mal que o interrompa, é a minha função. A proposta é a proposta do senhor deputado João Cunha e é muito claro o seu texto. O senhor deputado está a pronunciar-se sobre a intervenção, não esta última, mas a outra de há bocado, da senhora deputada Odete João. Não deve fazê-lo. Deve pronunciar-se sobre esta proposta. Esta proposta é no sentido de serem fornecidos aos deputados municipais cópia integral dos documentos que dizem respeito ao processo.



DEPUTADO AMÍLCAR GASPAR (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE REGUEIRA DE PONTES)

Então, permita-me senhor Presidente, que esclareça os menos esclarecidos.

Todo este imposto foi gerado por uma transmissão do direito de superfície, foi o que causou esta situação. Na altura havia um imposto, chamado imposto sucessório, que foi avaliado, digamos assim, pelos metros da superfície em causa...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhora deputada, não precisa de fazer o ponto de ordem à Mesa.

Senhor deputado eu insisto! Se não, terei que lhe tirar a palavra. A proposta que está em cima da mesa a ser discutida é a proposta do senhor deputado João Cunha, e o senhor deputado não está a pronunciar-se sobre essa proposta.

DEPUTADO AMÍLCAR GASPAR (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE REGUEIRA DE PONTES)

Muito bem. Eu sinceramente não vejo motivo para estarmos, mais uma vez, a debater o passado, e sinceramente não sou a favor dessa proposta.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor deputado João Cunha tem, obviamente, o direito de responder e esclarecer a razão de ser da sua proposta.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Eu comecei por referir, antes de apresentar por escrito a proposta, que este assunto foi objecto de notícia pública na comunicação social. E para que não haja nenhuma dúvida nem subsistam quaisquer indícios que possam turvar, digamos assim, a situação, é bom que politicamente esta assembleia conheça o que se passa, porque, o valor que estamos a falar é um valor substancial. E portanto, não é apenas uma questão individual de cada deputado, isto é uma questão política de fundo, e nós não podemos varrer para debaixo do tapete uma situação só porque há um deputado que faz um requerimento. Já fiz vários



requerimentos e já me facultaram a informação que eu entendia que era importante. Agora, o que eu estou aqui a dizer é que politicamente é importante que todos conheçam o processo, porque o processo, como a senhora deputada aqui disse, envolve vultuosas maquinas, e portanto é fundamental que todos nós conheçamos aquilo que estamos a falar, do princípio ao fim, com todos os documentos. O teor da minha proposta é exactamente esse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Tendo esclarecido o sentido da sua proposta, eu vou colocá-la à votação, porque tem toda a legitimidade para fazer a proposta.

A proposta é no sentido de que sejam fornecidos aos deputados municipais cópias integrais dos documentos que dizem respeito ao processo em referência, ou seja, o processo que tem a ver com a cobrança do imposto sucessório pela Leirisport. Ficou claro?

Quem vota contra a proposta?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, aprovar a proposta, com um voto contra, vinte e cinco votos a favor e trinta e uma abstenções.

Permitam-me apenas que esclareça duas notas que me parecem, apesar de tudo, ociosas.

A aprovação desta proposta não retira a nenhuma deputada ou a nenhum deputado, o direito de fazer os requerimentos que muito bem entender para que lhe sejam fornecidos os documentos, como é óbvio. Em segundo lugar, esta é uma proposta da Assembleia Municipal, uma vez que estes documentos são documentos de uma empresa municipal, eu limitar-me-ei a mandar para essa mesma empresa, o resultado desta votação e o pedido no sentido de que esta empresa cumpra aquilo que a assembleia solicita. Claro que, se a Leirisport me enviar os documentos, a Mesa da Assembleia Municipal se encarregará de os reproduzir e fazer chegar a todos os deputados.



Está terminado o período de “antes da ordem do dia”, podemos passar adiante, permitam-me apenas uma nota informativa, que foi, salvo erro, distribuída a toda a gente e portanto chamo a atenção para esta nota informativa que foi distribuída a toda a gente, que tem que ver com as chorudas senhas de presença que os deputados municipais recebem, permitam-me também usar um pouco de bonomia e humor, ou seja, todas as pessoas que exercem funções em mais do que uma entidade pública têm que prestar em cada mês as informações adequadas sobre as remunerações totais ilíquidas que recebem, para que os órgãos e serviços possam fazer as deduções determinadas pela Lei do Orçamento Geral do Estado. Penso que isto é muito claro, eu permito-me apenas, em relação a esta nota informativa, dizer o seguinte e não me importo que fique registado em acta. A minha remuneração é uma remuneração certa e permanente num determinado montante, que não vem ao caso. Informarei os serviços da Câmara Municipal de que é essa a remuneração certa e permanente e considero que essa informação vale para todos os meses até eu dizer o contrário, não me vão obrigar a dizer todos os meses aquilo que eu recebo ao fim do mês. Valerá essa afirmação para todos os meses. Penso que, se as senhoras deputadas e os senhores deputados têm a mesma situação...

Senhor deputado Pedro Biscaia pediu a palavra para falar sobre este assunto? Faça favor.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Boa noite.

Pedro Biscaia, eleito pelo Partido Socialista.

Confesso a minha ignorância e é apenas um pedido de esclarecimentos, possivelmente nenhum dos membros da Mesa estará em condições, neste momento, de prestar.

Se um deputado qualquer, não interessa quem, que sempre renunciou às suas senhas de presença, é obrigado a essa declaração.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Tenho a certeza de que sim, porque o montante a que renuncia é deduzido, sofre uma dedução de x por cento em função do rendimento mensal. Vai não receber menos, a resposta é essa.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Assim será!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Para efeitos contabilísticos é determinante que assim se faça.

ORDEM DO DIA

1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende pronunciar-se sobre estes relatórios?

Senhor deputado Manuel Antunes.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Manuel Antunes, PSD.

Senhor Presidente da Assembleia, senhores membros da Mesa, senhor vice-presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, membros do público, membros da comunicação social, muito boa noite.

Eu levanto-me porque estive calado durante todo o período de "antes da ordem do dia", mas este relatório do senhor Presidente da Câmara faz-me levantar uma questão que é afinal, neste momento, quem é o responsável por este relatório? Eu sei que neste momento o senhor Presidente da Câmara está aqui nesta assembleia representado pelo seu substituto legal, não há nada contra isso, mas há factores pessoais e factores políticos que não podem ser transmitidos da mesma maneira.

Nós ouvimos hoje aqui que a presença do senhor Presidente é irrelevante, foi exactamente a palavra que foi utilizada. Pois bem, eu permito-me discutir essa interpretação. Eu acho que a presença do senhor Presidente é mesmo relevante



sem o que, algumas das coisas que já foram ditas, deixam de ter sentido. Por exemplo, são referidas neste relatório as várias obras, e já foi aqui largamente discutido a necessidade de que Leiria seja transformada num estaleiro, e curiosamente eu tenho uma interpretação que é um bocadinho diferente daquela que foi aqui feita por alguns dos membros, especialmente dos deputados da maioria.

De facto, seis milhões de euros é uma carga pesada, deixada pelo anterior executivo, oito obras, são tudo heranças pesadas, até a Estrada Atlântica, com a qual o anterior executivo não teve nada que ver, tudo obras planeadas, projectadas, orçamentadas, e obtidos os respectivos financiamentos pelo anterior executivo.

Tal como foi dito aqui e é preciso ter algum cuidado quando se atira para cima do anterior executivo todos os negativos e os dispositivos passam a ser apenas obra deste executivo. Ora bem, eu entendo que é mesmo altura de quem tem responsabilidades, de assumir as suas responsabilidades, e deixar de confrontar o passado, sobretudo quando se fazem afirmações pessoais, ou implicitamente pessoais, acusações, a quem cá não está e não se pode defender. É evidente que as coisas não acontecem exactamente como aqui são ditas, e nós não temos conhecimento de tudo aquilo que aqui não é dito, naturalmente. E o incidente passado, eu não tive oportunidade e aqui penso que é lícito que o faça agora, com o que aconteceu com a intervenção da senhora deputada Odete João, em relação à proposta apresentada pelo deputado João Cunha. Tem todo o interesse, porque se fizeram insinuações em relação ao anterior executivo exactamente sobre este ponto e contudo, tentou-se fazer uma manobra na tentativa de desviar a possibilidade de que esta assembleia tivesse conhecimento de todos os factos. Fez-se uma acusação e depois foi feita uma tentativa de evitar que a proposta fosse aprovada...

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Faço um ponto de ordem à Mesa porque o senhor deputado está-se a afastar daquilo que é o relatório da Câmara Municipal.



DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Não, porque isso tem que ver com as afirmações feitas anteriormente pelo senhor Presidente da Câmara...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor deputado continuará porque a Mesa não aceitou o ponto de ordem.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

O senhor Presidente da Câmara, anteriormente, afirmou a esta assembleia que assumia a condução deste processo e o senhor Presidente da Câmara não está presente, e portanto, neste contexto não pode ser representado pelo senhor vice-presidente. É representado legalmente mas enfim, há aqui responsabilidades pessoais e assuntos pessoais, que têm que ver com este aspecto. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Antes de dar a palavra ao senhor deputado João Cunha, gostaria de esclarecer o seguinte, para que não restem dúvidas sobre este ponto da ordem de trabalhos. É obrigação da assembleia tê-lo na ordem de trabalhos. Não há hipótese de contornar, esteja o senhor Presidente presente ou não, doente ou não, faz parte da lei, temos que ter este ponto na ordem de trabalhos.

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Falando sobre o relatório, na página vinte e um do relatório, no que respeita ao acompanhamento técnico dos vários lanços de vias nacionais que interceptam o concelho de Leiria, uma parte do relatório refere-se ao IC2A, ao IC36/nó da EN109. Eu não sei se têm aí à vossa frente este relatório, mas a informação que fala do acompanhamento acerca deste nó, diz o seguinte:

"2KM, alargamento. A concessão Litoral/Oeste encontra-se adjudicada ao AELO – Auto-estrada do Litoral Oeste, liderado pela empresa Auto-estradas do Oeste – Concessões Rodoviárias de Portugal, SA, que é detida pela MSF, Somague, Lena



e Novopca. Do Grupo AELO fazem ainda parte a Brisa e a Transport Infrastructure Investment Company (SCA) SICAR.

Por conseguinte temos:

- Concessionária – EP-Estradas de Portugal
- Subconcessionária – AELO – LOC – Litoral Oeste Construtores, ACE;
- Fiscalização/Expropriação – BEG – Brisa Engenharia e Gestão. "

Esta é a informação que consta do acompanhamento desta obra. Também a certa altura, à frente, fala-se no lanço compreendido entre o PK0+000-0+970, também do acompanhamento desta obra ficamos com as coordenadas dadas em relação a esta matéria.

Passando agora para outra parte do relatório, na página doze, na parte que diz respeito à Divisão de Planeamento, Ordenamento e Estratégia Territorial, na parte dos planos de pormenor e projectos urbanísticos, diz-se a certa altura, a propósito do projecto de intervenção na zona da Prisão Escola *"elaboração de proposta de intervenção nos terrenos da prisão Escola, com a definição de uma área destinada a um Campus da Justiça e área habitacional, prevendo ainda o alargamento da área afecta ao Instituto Politécnico de Leiria e a instalação de um Parque Escolar."*

Dada esta ser uma matéria que, no meu entender, assume uma maior relevância, para aquilo que é uma área nobre da zona principal de Leiria, eu apresento aqui à Mesa uma proposta que diz o seguinte:

"Que seja criada uma Comissão de Acompanhamento, da Assembleia Municipal de Leiria, sobre tudo o que contende com a "Proposta de Intervenção nos terrenos da prisão Escola", nomeadamente o que se refere ao denominado "Campus de Justiça", área habitacional, área a afectar ao IPL e a um futuro Parque Escolar."

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Não há mais nenhuma inscrição. Antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara em exercício, que fique registado que é entendimento da Mesa que o senhor Presidente da Câmara está presente na pessoa do senhor vice-presidente que tem toda a legitimidade do ponto de vista formal, do ponto de vista legal,



para o representar. Portanto, a Câmara está aqui na pessoa dos seus vereadores e o senhor Presidente da Câmara está na pessoa do seu vice-presidente.

Antes de dar a palavra ao senhor vice-presidente também gostaria de acrescentar que esta proposta a Mesa recebe-a, acolhe-a, e submetê-la-á à votação na próxima sessão, porque as propostas têm que se apresentadas no período de "antes da ordem do dia", estamos neste ponto da ordem de trabalhos, não há lugar à apresentação de propostas, será considerada e colocada à votação e discussão na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Parece-me uma proposta simples e penso que pode ser apreciada e votada no final do período de "antes da ordem do dia", mas peço ao senhor deputado João Cunha que, no percurso que medeia entre esta assembleia e a próxima, me informe, por correio electrónico, é o mais prático, se pretende fazer disto um ponto da ordem de trabalhos ou simplesmente que a proposta seja votada no final do período de "antes da ordem do dia".

Senhor vice-presidente da Câmara Municipal por favor.

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)

Só para esclarecer o seguinte relativamente ao relatório e para explicar como é que o relatório é feito e presente depois a esta assembleia.

O relatório é solicitado pelo senhor Presidente da Câmara a cada um dos vereadores, para que junto dos serviços recolha a informação necessária para o espelho da actividade desenvolvida entre os períodos da última Assembleia Municipal até à data em que decorre esta assembleia.

O senhor Presidente efectivamente deu esse despacho para que se comesçasse a preparar os relatórios, o único trabalho que fiz foi o de compilar esses relatórios e no dia 21 de Fevereiro, altura em que o senhor Presidente já estava de baixa, assinei o relatório e por isso acaba por ser um documento, no meu entender, que reflecte a actividade entre os dois períodos, acho que isso é politicamente relevante para a discussão e isso é que é o objectivo do ponto da ordem de trabalhos, que é discutir a actividade entre esse período.

Relativamente à minha primeira intervenção não fiz qualquer tipo de acusação pessoal, tanto mais que nem falei em nomes, e, só fiz intervenção política, é por isso que estamos numa assembleia, e a bancada do PSD tem todo o direito de se



defender sempre que há confrontação política. E relativamente a esta matéria não queria acrescentar muito mais.

Relativamente ao senhor deputado João Cunha, naturalmente este documento, para quem o leu, percebe que é escrito por várias pessoas, tendo em conta a explicação que dei inicialmente, e portanto há um tipo de linguagem mais própria dos engenheiros, os técnicos que acompanham as obras, e muitas vezes nem sempre perceptível.

E relativamente ao projecto da Prisão Escola o que se pretende, mais no que diz respeito ao Parque Escolar, como se sabe a zona urbana precisa rapidamente de encontrar uma localização para instalar o Centro Escolar, não existe terrenos disponíveis da autarquia na cidade, existe a possibilidade de construir o Centro Escolar dentro da sede do Agrupamento D. Dinis, e, no nosso entender, é encontrar várias soluções alternativas para além dessa. E uma das soluções, idealizadas, é a possibilidade de podermos construir nos terrenos da Prisão Escola, e portanto este é um projecto para ser apresentado ao Ministério da Justiça e que naturalmente inclui também aquilo que são os interesses do IPL, mas naturalmente o requerimento sendo votado, o senhor Presidente terá oportunidade de explicar isto depois na próxima sessão.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor vice-presidente.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do Relatório do Presidente da Câmara sobre a actividade do Município e Relatório Financeiro.

Passamos ao ponto dois.

2. PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor vice-presidente fará o favor de apresentar o ponto.

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)

A proposta de reorganização dos Serviços Municipalizados decorre do cumprimento do decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, que, no fundo



obriga, implica, a necessidade de reorganizar os serviços e aquilo que é o seu regulamento em termos de funcionamento. De acordo com este dispositivo legal, a Câmara Municipal fez isso, como devem estar recordados, quando apresentou aqui o seu regulamento de reorganização dos serviços, faltava aos SMAS preparar a sua proposta.

A proposta que apresentamos tem o mesmo número de unidades orgânicas que tem actualmente a estrutura em funcionamento nos SMAS, nomeadamente um director-delegado, dois directores de departamento, estas constituem aquilo que se chama de estrutura nuclear, e em termos de estrutura flexível temos uma proposta de, no máximo, constituição de seis divisões que são as que actualmente estão também em funcionamento nos SMAS, e por isso o mapa de pessoal, a estrutura organizacional, mantém a mesma filosofia da anterior e tem naturalmente é o enquadramento tendo em conta o decreto-lei n.º 305/2009.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor vice-presidente.

Há inscrições para este ponto da ordem de trabalhos?

Não havendo nenhuma inscrição vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela b) do n.º2 do artigo 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, delibera, por maioria, quatro abstenções, aprovar a proposta de Reorganização dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria.

**3. AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE GESTINLEIRIA, SA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO –
Apreciação, discussão e votação;**

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Dou a palavra ao senhor vice-presidente da Câmara Municipal para apresentar o ponto.



VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)

A GestinLeiria é uma empresa onde a Câmara Municipal Parque-Invest e Nerlei são sócias fundadoras, respectivamente com capital social da Parque-Ivest de 60%, Câmara Municipal 30% e Nerlei 10%. O Nerlei informou a Gestinleiria que tinha intenção de reduzir a sua participação no capital social de 10% para 2,5%, solicita por isso que os restantes accionistas adquiram a sua parte, exigência também do próprio banco que está a financiar toda esta operação financeira de construção do parque empresarial de Monte Redondo, e portanto o que está hoje aqui presente é a aquisição de 2,5% do capital social do Nerlei, e comprando naturalmente os restantes 5% a Parque-Invest, o que dá os 7,5% que é o montante de proposta de redução no capital social da Nerlei, que ficará então com 2,5%.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor vice-presidente.

Há inscrições para este ponto da ordem de trabalhos?

Senhor deputado Carlos Guerra por favor.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Não é para discussão, é apenas para pedir à Câmara que altere a redacção para que isto possa estar de forma legal. É o pedido de participação do accionista Município de Leiria e não Câmara Municipal. Era só.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Paulo Pedro faça favor!

DEPUTADO PAULO PEDRO (PS)

Paulo Pedro, Partido Socialista.

Muito rapidamente, dizer que concordo e concordamos com esta proposta. É preciso dinamizar a Gestinleiria, ter em conta que a Gestinleiria foi criada inicialmente, embora não com esse fim, para implementar o parque empresarial de Monte Redondo, dizer que esse parque anda a ser falado, pelo menos eu já falo dele desde mil novecentos e qualquer coisa, desde a discussão do PDM, o



PDM foi aprovado em 1995, e portanto já antes disso falávamos deste parque empresarial, e, andamos portanto há vinte anos à espera dele. É importante dinamizarmos esta empresa. Senhor vice-presidente, aquilo que lhe queria pedir é o seguinte:

As freguesias do norte estão a sofrer já há uns anos a esta parte alguma desertificação por um lado. Por outro lado, muitas das pessoas que trabalham têm que se deslocar quer para os pólos da Marinha Grande, quer para o centro de Leiria, não temos transportes públicos eficazes e este parque empresarial vinha digamos que alterar um bocado este mecanismo.

Dizer-vos também que este problema chegou a ser debatido na comissão social inter-freguesias, como que uma necessidade urgente a implementação deste parque. Dizer que, e isto é uma informação que pode ser útil para os deputados da assembleia, este parque empresarial tem um total de cento e oitenta hectares, sendo que na primeira fase apenas serão tratados cinquenta e três hectares, e mesmo desses cinquenta e três hectares, para evitar o estudo de impacto ambiental que seria obrigatório, vai existir uma fase 1-A que apenas vai tratar dez hectares. Esses dez hectares vão dar dezoito lotes empresariais, e, da totalidade das parcelas que era necessário adquirir, a Gestinleiria neste momento já tem a maior parte, penso que faltam dois ou três proprietários, e portanto, esta é uma boa notícia. Aquilo que queria pedir é que a Câmara apelasse à empresa, no sentido de este processo ser o mais célere possível e do concurso para a construção das infra-estruturas que já foi lançado e que teve que ser abandonado entretanto porque não se estava na posse de todas as parcelas, poder ser reactivado. Algumas pessoas dirão que agora não haverá muitas empresas interessadas, uma vez que estamos em recessão, mas o facto é que a Gestinleiria continua a afirmar nos seus relatórios e contas que continua a ser abordada por empresários que teriam interesse naquela zona para instalar as suas empresas.

Dizer também que já existe um empréstimo bancário aprovado, e há uma parte já utilizada, para as obras e para a compra das parcelas, e que portanto terá todo o sentido o avanço mais rápido das obras e a estimulação da empresa nesse



sentido, uma vez que já se está a pagar os juros do empréstimo e que já se tem o empréstimo disponível para utilização. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Não sei se o senhor vice-presidente da Câmara Municipal pretende responder? Não!

Vou colocar à votação a proposta tal como foi apresentada, isto é, com a ressalva que foi feita pelo senhor deputado Carlos Guerra, e que penso que a Câmara Municipal terá em consideração.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea m) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera, por unanimidade, aprovar a proposta de aumento da participação do Município de Leiria no capital social da Gestinleiria,SA.

**4. ENTRADA LIVRE NO CASTELO EM DIAS COMEMORATIVOS –
Apreciação, discussão e votação;**

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor vice-presidente da Câmara Municipal pretende explicar o ponto?

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA (GONÇALO LOPES)

É uma autorização que decorrer do regulamento, que obriga a que seja a Assembleia Municipal a deliberar isenção de entrada no Castelo em determinado tipo de datas, e portanto a proposta que temos é para estes seis dias que constam da proposta de deliberação da Câmara.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende discutir a proposta? Não!

Vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea h) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera, por unanimidade, aprovar a isenção de entradas no Castelo, nos dias comemorativos constantes da proposta.

5. RELATÓRIO DA AUDITORIA À SITUAÇÃO FINANCEIRA DA AUTARQUIA DA INSPECÇÃO GERAL DE FINANÇAS – Apreciação;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Manuel Antunes está a pedir a palavra? Eu dou-lhe a palavra sobre este ponto mas sem entrar na discussão do ponto.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Manuel Antunes, PSD.

Apenas para informar a assembleia que a proposta feita antes da ordem do dia para alteração da ordem de trabalhos, que o senhor deputado Vítor Lourenço informou claramente qual era a nossa motivação em relação a esta proposta.

Informamos que não a queremos apreciar neste momento, achamos que não estão reunidas as condições para isso, obviamente que também não queremos ouvir a discussão, e por isso abandonaremos a sala. Eu peço que esta atitude não seja vista como significando nenhum desrespeito quer pela Mesa quer pela assembleia. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Eu peço ao grupo do PSD que não abandone a sala ainda, sem que eu faça a seguinte pergunta:

Senhor deputado, com toda a legitimidade que decorre da função que desempenha, pergunto se abandonar a sala significa abandonar a sessão ou se só vão abandonar durante a apreciação e discussão deste ponto?

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor Presidente, voltaremos após a discussão do ponto.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Ficará registado em acta que o Grupo do Partido Social Democrata abandona a sala no momento desta discussão, aguardarei que isso aconteça para fazer a contagem dos deputados presentes.

Desculpem-me a pergunta mas poderemos de momento estar aqui a laborar em algum equívoco. Todas as pessoas que permanecem na sala neste momento são membros da Assembleia? São! Estão trinta e quatro deputados presentes, há quórum, e portanto dou a palavra ao Partido Socialista para apresentar o ponto para o que tem dez minutos.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor vice-presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores vereadores, Senhoras e Senhores Jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Tenho nalgumas ocasiões, e aqui nesta bancada e noutros fóruns, invocado algum estatuto sempre e só do meu bom posicionamento para apreciar factos, atitudes, comportamentos, na medida em que, além de andar cá há muito tempo, tenho também passado pelos diversos órgãos políticos. Nem preciso de os lembrar, os senhores sabem, pois só nunca fui efectivamente Presidente de uma Junta de Freguesia, fui vereador, com pelouro, sem pelouro, sempre da oposição, quatro anos com o Eng.º Lemos Proença, quatro anos com Dr.ª Isabel Damasceno, fiz parte da primeira Assembleia Municipal, mais duas ou três seguintes, depois interrompi algum tempo, e, pertença agora, pela segunda vez consecutiva, a outra Assembleia Municipal.

Tenho além disso outras actividades, políticas ou conexas, director do Sindicato dos Bancários do Centro durante alguns anos, e dentro do próprio Partido Socialista tive também alguns lugares, tive a felicidade de estar presente no primeiro congresso do Partido Socialista, sou militante do Partido Socialista desde 1 de Maio de 1974, ou seja, tenho efectivamente alguma tarimba política. E nunca vi nada tão anti-democrático, diria quase tão vergonhoso como vi hoje aqui. Daí, só, este meu puxar de galões digamos assim, em relação à minha



experiência e não à minha qualidade, e ter que constatar efectivamente uma medida tão triste, tão anti-democrática como esta.

Logo, o argumento que me fez saltar da cadeira, pareceu-me, como se costuma dizer, claramente esfarrapado. Este documento, que vem hoje aqui, proposto pelo Partido Socialista, mas como já deixei dito, teria que vir sempre à Assembleia Municipal, pela própria lei, e se não fosse o Partido Socialista a trazê-lo aqui à colação, seria provavelmente a Mesa da Assembleia. E portanto toda esta desculpa é efectivamente como disse e repito, uma desculpa esfarrapada.

Através de um jogo de palavras há pouco, estava a dizer-se que eu tinha dito que a presença do Presidente da Câmara era irrelevante. A presença do Presidente da Câmara é efectivamente irrelevante para este efeito, todos nós sabemos como ela é extremamente importante aqui, na Câmara, em todos os lados, e não com aquela acepção irónica de que todos nos apercebemos, que o deputado João Cunha imprimiu às suas palavras, mas porque é efectivamente importante pela qualidade que lhe reconhecemos e pelo conhecimento que sabemos que ele tem de todos os dossiers.

Não sabíamos que ele era tão importante para a bancada do PSD, de tal maneira que até a sua ausência faz com que se neguem a discutir um ponto da Ordem de Trabalhos.

Curiosamente eu ia para começar esta intervenção dizendo que se justificava, agora por maioria de razão, a maneira extensiva e analítica como eu elaborei este trabalho, na medida em que os deputados do PSD aqui afirmaram que não o tinham estudado. E portanto, ao fim e ao cabo, até se justificava, porque pois como não leram o relatório da IGF, iriam ficar um pouco mais esclarecidos daquilo que nele se diz.

Entretanto, isto que escrevi não perde qualquer oportunidade e se o ponto voltar a vir, como o relatório é imutável este comentário será imutável também e voltará a ser lido as vezes que forem necessárias.

E aquilo que eu escrevi foi o seguinte:



A auditoria financeira efectuada ao Município de Leiria e que decorreu entre Novembro de 2009 e Maio de 2010 tinha como âmbito genérico o controlo do endividamento e da situação financeira da autarquia.

Em termos analíticos mais finos elencaram 4 grandes objectivos que importa referir:

I – Avaliar a qualidade da informação das contas de 2008

II - Analisar a execução orçamental no triénio 2006/2008, apreciar a situação financeira a curto prazo e o endividamento no período

III – Controlar os limites de endividamento em 2008

IV– Avaliar a eficácia do controlo interno na sua generalidade e em particular nos aspectos do endividamento.

Como é habitual neste tipo de trabalhos, os auditores, embora a auditoria se reportasse a 2008, procuraram sempre actualizar a informação com dados do exercício de 2009.

Também como é prática comum nestas circunstâncias foi presente, para contraditório um projecto de relatório, ao qual a autarquia respondeu com a menção expressa de que foi consultada a Presidente da Câmara à altura e que todas as suas sugestões foram acolhidas no referido contraditório.

Ainda importa notar que a IGF afirma que o conteúdo do contraditório foi tido em consideração na redacção do presente relatório que estamos a analisar.

Colocados estes pontos prévios que consideramos relevantes passamos a uma breve análise do documento.

1 – Qualidade da informação.

A qualidade da informação constante nos documentos de apreciação das contas de 2008 não se mostrou satisfatória, sendo referidas omissões de dívidas a terceiros no montante de mais de um milhão de euros, encontraram-se bens do imobilizado corpóreo não inventariados (aliás já os ROC tinham apontado reservas), entre outras incorrecções e insuficiências já referidas nos anos de 2006 e 2007.

A IGF, depois de afirmar e cito "*O balanço do Município de Leiria do ano de 2008 apresenta omissões materialmente relevantes ao nível do passivo exigível*", remata com a conclusão sobre este ponto que volto a citar: "*Os balanços e as*



demonstrações de resultados do ML dos anos de 2006 e 2008, não reflectem com inteira fiabilidade, nas rubricas a que aludimos anteriormente, a sua situação económico-financeira."

Comento eu, que a conclusão dos relatórios de certificação de contas de empresas ou de instituições, que mais agrada e descansa os responsáveis dessas entidades é ler que as demonstrações financeiras reflectem a sua verdadeira situação patrimonial.

2 – Execução orçamental e endividamento no período

No que respeita à execução da receita e da despesa e ao confronto com os orçamentos apresentados no triénio 2006/2008, quase que dispensávamos este relatório e íamos compulsar o que foi dito por mim e mais tarde transcrito e escrito por muitos dos senhores deputados.

Mas cinjamo-nos ao que está em análise.

No período, o grau de execução da receita foi sempre inferior a 63%, sendo a maior responsabilidade das rubricas de vendas de bens de investimento que nunca se concretizaram mas que servem para os objectivos que à frente se referirão.

O contraditório aduziu os argumentos que aqui exaustivamente fomos ouvindo, e que não colheram para a IGF, como já não tinham colhido para nós próprios. Lembra-os o relatório, referindo a gorada venda do topo norte devido ao gorado centro comercial, o atraso da entrada em funcionamento do QREN e a deturpação de uma definição que sendo correcta não serve para justificar o empolamento orçamental.

Como o relatório da IGF diz bem, definir orçamento como um "documento previsional, que deve reflectir o que são as perspectivas de realização aquando da sua elaboração" não constitui argumento válido para empolar as receitas e passo a citar "com o objectivo de permitir a realização de despesas para além das receitas cobradas pela autarquia".

Como muito oportunamente é bem vincado, um orçamento, mesmo com previsão de receitas não concretizadas, devia controlar continuamente a sua execução ao nível das despesas com o nível das receitas efectivamente cobradas e não tendo como paradigma os valores que irrealisticamente previu.



Novamente a inspecção vem reiterar que o empolamento das receitas contraria o objectivo visado pelas regras previsionais, consagradas no plano de contas aplicável, que como qualquer outro plano, exige que o Orçamento seja um eficaz instrumento de gestão.

Os desvios registados na execução das receitas terão permitido a concretização de despesas vultosas que a IGF computa em cerca de 28 milhões de euros e lhe permitiu concluir que a execução do orçamento do triénio, comportava a possibilidade de contrair despesa muito para além da capacidade de a liquidar, o que configura uma gestão orçamental que não foi prudente nem equilibrada.

O relatório em análise dedica várias páginas à dívida municipal, contemplando a sua composição e evolução após as correcções feitas pela IGF, a evolução dos prazos médios de pagamento, os compromissos assumidos os programas governamentais de regularização de dívidas, a apreciação da situação financeira.

Todos estes assuntos têm sido relevados nas nossas intervenções nas alturas oportunas pelo que me limitarei a alguns sublinhados extraídos do documento: A dívida global em 2008 e 2009 era de 82,2 M€ e 85,3 M€ respectivamente classificando-se o endividamento de elevado grau.

Chama-se a atenção para o agravamento do serviço da dívida nos anos próximos quando terminarem os períodos de carência de alguns empréstimos, assim como do significado financeiro que tiveram os atrasos de pagamento a fornecedores e que se consubstanciaram no pagamento de 1,6 M€ de juros de mora...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, eu lembro-lhe que tem dez minutos para apresentar o ponto...

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

Apesar do recurso a programas de regularização de dívidas e com altos e baixos no alcance dos objectivos desses programas (melhorou em 2008 e piorou em 2009) os prazos médios de pagamento continuavam elevados.

Desta situação de dívida a médio e longo prazo vultosa, de custos sensíveis dos atrasos dos pagamentos a fornecedores, resulta e cito "a oneração de



orçamentos futuros” sendo que no caso do curto prazo consubstancia a transferência de dívida de um orçamento a ter que ser orçamentada e paga nos exercícios seguintes.

Na apreciação da situação financeira são calculados e comentados os indicadores financeiros habituais podendo-se reter:

Os indicadores de liquidez, que como sabem medem a capacidade de pagar o que se deve atempadamente, mostram que se fica muito longe de cumprir a regra do equilíbrio financeiro mínimo.

Os indicadores de endividamento, face ao que todos sabemos, não podiam ter outra tradução que não fosse a constatação de que estão em causa valores absolutos materialmente relevantes.

Em jeito de conclusão da apreciação da situação financeira refere o relatório uma “estrutura financeira de curto prazo desequilibrada” evidenciando-se dificuldades para solver atempadamente os compromissos desta natureza.

3 – Limites legais de endividamento

Da análise e da interpretação das contas concluiu a inspeção que no final de 2008 o Município de Leiria, cumpria o limite legal de empréstimos a médio e longo prazo, o limite de crédito a curto prazo e o limite legal do endividamento líquido.

Devido a terem sido considerados pertinentes alguns argumentos do contraditório, a IGF reviu os valores que devem ser adoptados para verificação do cumprimento do quadro legal.

Fica também esclarecido que o endividamento das empresas participadas pelo município só releva para os referidos limites se estas não apresentarem resultados equilibrados (Leirisport, Gestinleiria, Valorlis e Simlis).

A CML aliás não participou esta imputação à DGAL como lhe competia, admito que por desconhecimento dessa obrigatoriedade, o que levou a IGF a considerar que a informação prestada não reflectia com inteira fiabilidade a situação do município de Leiria no final de 2008.

Se em termos legais a conclusão aponta no sentido do cumprimento, infelizmente em termos económicos a situação como se sabe é muitíssimo preocupante.



Na época em análise, e agora não será muito diferente, os empréstimos relevantes em termos legais eram 40,7 milhões de euros mas estavam em dívida mais 55,2 milhões considerados excepcionados.

Embora o cumprimento da lei não seja despiciendo, a realidade é que o que temos de pagar são mais de 90 milhões de euros de empréstimos a médio e longo prazo, que em amortizações e juros nos custam mensalmente aquilo que se sabe.

Como se salienta, e bem, a boa gestão não se define nem se afere pelo cumprimento dos níveis máximos de endividamento, mas sim pela capacidade financeira objectiva para satisfazer atempadamente o serviço da dívida, sem hipotecar as justas aspirações dos munícipes do concelho de Leiria.

O município de Leiria apresenta uma situação de desequilíbrio conjuntural face ao volume do endividamento, comparado com as receitas mas não se justifica, segundo a IGF, o recurso a um plano de saneamento financeiro na medida em que em boa hora foi criado pelo governo o chamado PREDE (plano de regularização extraordinário de dívidas do estado) e o nosso município aderiu.

A criação deste plano e do PTH (pagar a tempo e horas) que originaram uma diminuição do endividamento líquido, das dívidas a fornecedores e do prazo médio de pagamento, permitiu que se possa afirmar que o ML não apresenta uma situação de desequilíbrio estrutural.

Como o indicador dos passivos financeiros está irremediavelmente excedido se as dívidas a fornecedores e o prazo de pagamento se voltarem a descontrolar caímos tecnicamente na situação de desequilíbrio estrutural.

É um alerta muito veemente para a câmara em exercício especialmente se atendermos que, ao contrário do que tinha acontecido em 2008, no ano de 2009 o ML não só não cumpriu os objectivos previstos no PREDE e no PTH como inclusivamente aumentou os prazos.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado eu tenho que lhe pedir que termine. Eu peço aos senhores deputados e às senhoras deputadas presentes, que tenham consciência do seguinte:



Se eu quero que esta assembleia tenha disciplina não posso consentir este excesso de utilização do uso da palavra.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

Muito bem senhor Presidente. Peço-lhe só mais dois minutos, para concluir.

Estes sinais levam-me a crer que os programas, que como se sabe se consubstanciaram em empréstimos bonificados, só terão servido para transformar a dívida comercial em dívida financeira.

Analisamos um trabalho que se desenrolou ao longo de seis meses, realizado por técnicos da Inspeção Geral de Finanças com o objectivo de auditar o controlo do endividamento municipal e a situação financeira da administração da autarquia, trabalho esse que se afigurou exaustivo e competente, que acolheu sugestões e discordâncias do contraditório e produziu um sumário executivo que por nos parecer pertinente e congruente com as averiguações que foram descritas ao longo do texto, vamos evidenciar em forma de conclusão desta intervenção:

- 1 – Falta de fiabilidade do balanço de 2008
- 2 – Reduzidas taxas de execução das receitas de capital
- 3 – Despesas realizadas para além da capacidade financeira da autarquia
- 4 – Crescimento significativo da dívida entre 2008 e 2009
- 5 – Perspectiva de crescimento do serviço da dívida no futuro
- 6 – A dívida comercial apenas se mudou para dívida financeira
- 7 – Relevância de juros pagos a fornecedores e empreiteiros por incumprimento de prazos
- 8 – Os objectivos dos programas para liquidação de dívidas foram superados em 2008 mas incumpridos em 2009
- 9 – Estrutura financeira de curto prazo desequilibrada
- 10 – Limites de endividamento dentro da legalidade
- 11 – Informações incorrectas à DGAL.
- 12 – Desequilíbrio financeiro conjuntural

Como facilmente se conclui do que deixamos dito, a apreciação dos procedimentos da gestão é muito negativa, a análise à situação financeira e económica é fortemente crítica e as perspectivas para o próximo futuro são



muito pouco animadores, face à situação dos fortes desequilíbrios gerados por um sistema disfuncional.

As conclusões deste relatório, como sempre acontece nestas circunstâncias, levam os auditores a sugerir um conjunto de recomendações que, como é habitual se resumem à exigência de regularização imediata do que está claramente no domínio da ilegalidade, à recomendação de outros procedimentos no sentido de minimizar os efeitos de condutas prejudiciais, cumprimento no futuro de programas ainda em desenvolvimento e que a informação futura à Direcção Geral das Autarquias Locais seja rigorosa.

É entretanto estabelecido um prazo de 60 dias para a CML informar sobre o andamento das recomendações contidas no relatório.

Esperamos que esta Câmara, que nada contribuiu para este estado de coisas que nos entristecem e preocupam, entenda este relatório como um importante documento de carácter pedagógico.

Que queira rapidamente sanar os incumprimentos detectados, prossiga uma gestão espartana mas eficaz que o estado de coisas impõe.

Pedimos-lhe por fim que não esmoreça com as campanhas orquestradas e sistemáticas que a pretendem denegrir, lançando nuvens de fumo para esconder as nódoas, que como este relatório demonstra, macularam as gestões que a precederam. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Peço desculpa ao senhor deputado das sucessivas vezes que tive que o interromper, compreenderá, esta assembleia, que os princípios têm que ser assumidos e respeitados. Se não fizesse assim numa próxima sessão não tinha autoridade moral para exercer os poderes que me são conferidos por regimento.

A assembleia continuará do modo como está regimentalmente previsto.

Terminou a apresentação do ponto por parte de quem solicitou o agendamento.

As senhoras deputadas e os senhores deputados farão o favor de se inscrever para a sua discussão.

Senhor deputado Carlos Guerra!



DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Depois desta intervenção do deputado António Sequeira, depois da apresentação da auditoria da Inspeção-geral de Finanças, mais uma vez se pergunta para quê a auditoria encomendada à empresa. Aqui está a prova documental que sustenta as nossas críticas à conveniente e inconveniente encomenda de uma auditoria por esta maioria. Par quê ter desbaratado tantas dezenas de milhares de euros quando a IGF tinha levado a cabo uma auditoria exactamente sobre os mesmos períodos. Se isto não foi desbaratar tempo, e muito, e dinheiro, como acusámos, com a agravante de o trabalho enfermar de uma confrangedora falta de qualidade, o que é que foi?

A IGF veio agora recentrar o assunto e colocar as coisas nos seus carris. Afinal, estamos muito longe das dramatizações encenadas na encomendada auditoria de conveniência, e podemos confiar nas contas. De substantivo, o que a IGF diz sobre a gestão e a situação financeira nos últimos anos da gestão do PSD, não é nenhuma novidade, antes é coisa sabida, e aqui, em devido tempo, denunciada. Em 2009, dissemos que o irrealismo e falta de rigor do PSD na elaboração dos instrumentos previsionais, traduzem-se nos inaceitáveis baixos graus de execução, em áreas e projectos, que deveriam ser os prioritários da acção municipal. Há desvios enormes na receita e por isso na despesa.

Falando apenas na receita de capital o desvio negativo de 55% traduz a habitual e recorrente fantasia orçamental da obtenção de receitas do imobilizado (terrenos e habitação), o expediente do costume. Apesar disto, o endividamento continua a aumentar, como expressam os documentos da prestação de contas ao contrário do que afirma a Presidente de Câmara. E se não fosse o empréstimo ao abrigo do programa Pagar a Tempo e Horas, obtido depois da aprovação das opções do plano por esta assembleia, a coisa estaria preta, particularmente para os fornecedores.

Nestes tempos de crise e de dificuldades, o irrealismo das opções do plano é ainda mais evidente. Isto denunciávamos nós em 2009. Portanto, este relatório só confirma o que o PCP aqui vem dizendo ao longo dos últimos anos.



Finalmente, sobre este relatório, apesar de com menor amplitude e intensidade do que no relatório referente à penúltima auditoria da IGF, continua a revelar uma tremenda falta de respeito pelo edifício constitucional do poder local, designadamente quanto à natureza meramente inspectiva das intervenções da IGF.

À IGF não se podem tolerar algumas afirmações aqui produzidas, dispensáveis por várias razões constitucionais e legais, nomeadamente quanto ao mérito das decisões tomadas legalmente e a incompetência pelos órgãos municipais democraticamente eleitos.

Os órgãos do Município não podem aceitar que à revelia, e contra a autonomia constitucionalmente consagrada das autarquias locais portuguesas, se lhes queira impor uma visão neo-liberal monetarista e pré-intromissões no seu domínio de competências.

No poder local democrático português, a tutela do mérito pertence aos próprios órgãos das autarquias e às populações respectivas. Por isso, dos agentes da IGF, espera-se outro tipo de considerações.

Para além disso, não se compreende nem é de bom-tom, que a IGF, sistematicamente, coloque em causa dados, informações e fórmulas de cálculo da Direcção Geral das Autarquias Locais, também ela um organismo governamental da tutela das autarquias. Melhor fora que se entendessem previamente quanto a essas matérias, e como os dados da DGAAL são por norma mais favoráveis para o Município, fica-nos a dúvida metódica acerca da bondade desta engenharia da auditoria.

Este modo de abordar as contas das autarquias locais portuguesas, integra-se na filosofia e concretiza as linhas orientadoras dos tratados que regem esta União Europeia federalista, conservadora, monetarista, e ao serviço das oligarquias financeiras e dos interesses das grandes potências, sobretudo da Alemanha, que pretende estilhaçar as soberanias nacionais e as autonomias onde existem, das regiões autónomas e das autarquias locais.

Pelo que representa a violação do preceito constitucional de autonomia do poder local e pelo que representa a violação do princípio orçamental da independência que rege os orçamentos autárquicos e consagrado no POCAL, para o PCP é



inaceitável que seja quem for, e n o caso concreto a IGF, venham dizer que uma autarquia nesta situação do Município de Leiria, contribui para o défice público do subsector das autarquias locais.

Nos termos da Constituição da República Portuguesa e da lei, como vimos, cada autarquia só pode contribuir para o seu défice e nada mais. Rejeitamos esta lógica de consolidação orçamental e integração de contas a nível vertical e horizontal nos vários países soberanos que de facto arrasa com o nosso edifício constitucional sobre o poder local, naquilo que nele é nuclear.

Melhor seria que a IGF questionasse e analisasse as razões que levam a que grande maioria dos Municípios Portugueses vivam situações de, pelo menos, de alguma dificuldade financeira. Melhor seria que a IGF apontasse os dedos aos verdadeiros responsáveis, políticas e seus agentes, porque este não é um problema de Leiria apenas, acima de tudo este é um problema nacional que exige uma resposta nacional.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Odete João.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Odete João, Partido Socialista.

Se tinhas poucas dúvidas sobre a forma como o PSD e o CDS actuavam, hoje, essas pequenas dúvidas desvaneceram-se de todo. E esta atitude do PSD e do CDS não é mais do que a sua incapacidade política, de aceitar as regras democráticas. E esta assembleia, senhoras e senhores deputados, votou favoravelmente, por maioria, o agendamento deste ponto. Portanto, abandonar a sala é não aceitar as decisões legitimamente tomadas por esta Assembleia Municipal. E isso, tem sido o mote destes dois grupos municipais durante o último ano. Não aceitaremos, não nos calaremos, e estamos aqui para discutir os assuntos até ao último ponto e à última vírgula.

Estes grupos municipais quiseram criar um facto político, e quiseram fazê-lo com razões que são frouxas, *"porque pensávamos que o ponto tinha sido agendado pela Câmara Municipal"*, *"porque não está cá o senhor Presidente da Câmara Municipal"*.



Não senhoras e senhores deputados, os deputados do PSD e do CDS não quiseram ouvir as razões que estão expressas neste relatório da Inspeção Geral de Finanças, porque não querem assumir as suas responsabilidades para a situação caótica em que deixaram a Câmara. Ouvindo o senhor deputado António Sequeira, percebi, mais uma vez, de que de facto estes dois grupos municipais querem calar toda a sua acção que durante mais de três décadas, de forma prepotente, geriu este Município.

Senhoras e senhores deputados não nos calaremos! Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor deputado José Manuel Silva.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

José Manuel Silva, Partido Socialista.

Ilustres deputados e membros da Mesa, senhor vice-presidente e senhores vereadores, eu tinha intenção de intervir de uma forma um pouco diferente, nesta discussão, mas por razões óbvias expressarei aqui fundamentalmente o que me vai na alma relativamente àquilo a que nós assistimos. E devo dizer que aquilo que para mim aqui de mais relevante aconteceu, e já foi sublinhado anteriormente, mas do meu ponto de vista precisa ser visto numa outra perspectiva, é que o objectivo que os nossos ilustres deputados que resolveram sair tinham em vista, gorou-se. O que eles pretendiam não era só impedir que nós discutíssemos este assunto, era que a assembleia não tivesse quórum para funcionar. E queria aqui deixar uma palavra de solidariedade a todos os membros do grupo municipal do Partido Socialista, e aos outros deputados que não abandonaram a sala, porque que nos mantivemos democraticamente na nossa função, não permitindo que, ainda que legitimamente, porque obviamente nós não podemos impedir que os deputados dos outros partidos abandonem a sala, embora consideremos isso uma atitude pouco democrática relativamente àquilo que é suposto ser a participação, ouvindo-nos uns aos outros, escutando os argumentos uns dos outros, mas, felizmente fez-se justiça democrática aqui, uma vez que nós nos mantivemos cá e a assembleia pôde continuar.



O que me parece aqui de assinalar, e eu queria felicitar, mais uma vez, o deputado António Sequeira, pela forma sempre tecnicamente inexcedível como ele apresentar aqui as questões financeiras da Câmara.

O que aqui está em causa não é fazer nenhum julgamento sobre aquilo que se passou, porque isso já foi feito. A única coisa que é preciso fazer é um ponto de situação e percebermos o ponto de que partimos para podermos assumir daqui a três anos as nossas responsabilidades relativamente à gestão da Câmara.

Eu penso que esta falta de humildade democrática demonstrada aqui pelos deputados do PSD, não é bom indício de uma saudável convivência democrática, e a deputada Odete João já sublinhou esse aspecto, nós vimos aqui durante muitos anos sob o poder do PSD e isso em nada nos diminuiu, mas esta atitude de abandono da sala, quando eu olho para estas cadeiras naturalmente vazias, é a prova de que, não estamos ainda habituados a ter que escutar os outros quando discordamos deles. E esta atitude de virar as costas a um debate, que é do maior interesse do PSD, porque esta questão não é um problema do Partido Socialista, este problema que aqui está a ser debatido é um problema do concelho de Leiria, é um problema do Município de Leiria, é um problema que nos diz respeito a todos nós, é um problema que diz respeito à forma como o nosso dinheiro, eu repito, como o nosso dinheiro foi aplicado. Não quer dizer que tenha sido aplicado de forma dolosa, não é isso que aqui está em causa, nós estamos aqui essencialmente a fazer um juízo político da forma como o dinheiro foi aplicado, como a gestão do Município foi feita, e isso diz-nos respeito a todos nós, sejamos nós do PS, do PSD, com partido ou sem partido.

E era esta discussão democrática, era este encerrar, este balanço, digamos assim, que era necessário fazer-se e que se devia ter feito com a presença de todos os deputados do PSD, do CDS, e dos independentes.

Sinceramente, lamento profundamente a atitude que os nossos colegas da assembleia aqui tomaram, porque não é uma atitude democrática, é uma atitude de desrespeito por quem ficou aqui, por quem se disponibilizou não só para apresentar o tema mas para o discutir, e é sobretudo uma falta de respeito enorme pelos munícipes do concelho de Leiria a quem é devida uma palavra de responsabilização, uma palavra de explicação para a forma como, durante os



anos passados, a Câmara foi gerida, como o dinheiro dos contribuintes foi gasto, neste caso, ao que tudo indica, nalguns aspectos, muito mal gasto.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Micael Sousa.

DEPUTADO MICAEL SOUSA (PS)

Boa noite.

Micael Sousa, Partido Socialista.

Gostaria só de lamentar por parecer que o PSD tem uma propensão para ignorar o passado. Para além de querer ignorar as dívidas, que é o fruto do seu trabalho local enquanto administração do concelho, parece que quer também ignorar a nossa herança democrática do 25 de Abril. Lamento que assim seja.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor deputado António Sequeira pede a palavra, pergunto-lhe se é para encerrar o ponto porque, cabe ao Partido Socialista o encerramento do ponto. É isso? O senhor vice-presidente da Câmara disse-me que não falava, se não, teria que falar primeiro.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Mesa, senhor vice-presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, senhoras vereadoras, senhores deputados, senhores jornalistas.

Há aqui uma parte da minha análise ao relatório que eu acho que deve ser dita e vou aproveitar precisamente para precisar algumas afirmações que terei feito, e que, na pressa do encadeamento de todo este arrazoado, podem não ter sido bem entendidas mas que envolvem alguma gravidade e envolvem alguma predisposição para desvirtuar o objectivo que tiveram determinados programas, programas esses, não temos que ter vergonha de o dizer, criados por este Governo, e que resolveram situações muito complicadas, não só das autarquias mas muito especialmente resolveram problemas complicados de pequenos



fornecedores das autarquias. Pessoas que estavam com prazos de recebimento das suas dívidas superiores aos quatrocentos dias, e passaram a receber imediatamente essas importâncias que eram devidas. Aliás, não era certamente por desconfiar mas por algum rigor, não sei se conhecem este pormenor, eu conheço pessoalmente, é que os bancos que fizeram estes empréstimos às autarquias, tinham o direito e o dever de saber a quem é que esse dinheiro era pago e se era pago, portanto, era controlado se aquele dinheiro era efectivamente para pagar.

Conforme já disse há pouco, houve dois programas com este cariz. É o plano de Pagar a Tempo e Horas, o PTH, e o plano PREDE, que é o plano de regularização de dívidas do Estado.

No ano de 2008, repito aquilo que já disse há pouco, a Câmara de Leiria cumpriu e até excedeu, de tal maneira que foi bonificada com 0,2% na taxa de juro, porque a parte do Governo era precisamente a bonificação à taxa de juro, o banco emprestou dinheiro a uma determinada taxa de juro e a Câmara pagava uma parte e o Estado pagava uma parte superior.

No ano de 2009 o que é que acontece? Claramente que se deixou de cumprir desta maneira, talvez porque este plano não fosse tão acompanhado como foi o outro, os prazos começaram-se a dilatar, e penso que os prazos chegaram praticamente ao mesmo em que estavam. O que é que aconteceu? A Câmara arranjou uma maneira habilidosa de transformar dívida a fornecedores em financiamentos. Portanto, aquilo que era dinheiro para pagar a fornecedores, passou a constituir passivos financeiros que, conforme diz o relatório de uma maneira mais correcta, é transformar a dívida comercial em dívida financeira.

Depois daquele trabalho faltou-me dizer isto, que o que fez a Inspeção-geral de Finanças, ao contrário do senhor deputado Carlos Guerra, considero que é um bom trabalho, dou-lhe alguma razão em relação àquilo que ele diz, de tal maneira que eu não toco nesse ponto, quando fala na contribuição dos problemas da Câmara para o défice nacional, eu também não acho isso muito deontológico digamos assim, e portanto nem sequer toquei nesse ponto, mas acho que o trabalho em si é um trabalho muito competente e um trabalho muito



bem feito, que se enquadra perfeitamente naquilo que hoje é admitido em auditoria. É isto que é feito e está muitíssimo bem feito.

As conclusões finais deste relatório são as que já referi há pouco na minha intervenção, e se isto acontecesse numa empresa ou se me aparecesse na empresa onde colaboro este currículo, com certeza que não emprestaria um centavo a esta instituição. Portanto, tudo o que aqui está é efectivamente grave, tudo o que aqui está, como eu disse, deve ser tido em termos pedagógicos para esta Câmara e já faz um bom trabalho, não em relação à resolução dos problemas da dívida mas pelo menos em relação aos problemas legais e aos problemas de cumprimento daquilo que se encontra instituído em relação, pelo menos, à contabilização das suas contas. Muito obrigado

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Não havendo lugar a qualquer votação, está encerrado o ponto n.º 5 da ordem de trabalhos.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do Relatório da Auditoria à situação financeira da autarquia, da Inspeção-geral de Finanças.

6. REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL (PDM) DE LEIRIA – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO – LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Teremos de passar agora, uma vez que o ponto n.º 6 foi suprimido por vontade dos próprios proponentes, ou seja, o Partido Socialista, ao novo ponto n.º 6... eu não tenho que chamar, estão a chamar-me a atenção para isso, eu não tenho que chamar ninguém, portanto, a sessão da assembleia continuará, o Presidente da Assembleia terá que dar continuidade à sessão exactamente como ela estava. Conforme eu disse, eu recebi um ofício da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, datado de 17 de Fevereiro de 2011, sobre o assunto "Revisão do Plano Director Municipal – PDM de Leiria – Designação de Representante na Comissão de Acompanhamento – Leiria...



Estamos no último ponto senhor deputado!

Eu peço silêncio porque a assembleia terá que continuar na mesma forma. Estamos a acabar de entrar no ponto 6 da ordem de trabalhos, eu ia começar a ler o ofício que recebi da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, datado de 17 de Fevereiro de 2011:

" O processo de Revisão do Plano Director Municipal (PDM) de Leiria, encontra-se em curso, tendo a respectiva Comissão de Acompanhamento sido constituída pelo Despacho do senhor Presidente da Comissão e Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, publicado no Diário da República n.º 27, II Série, de 8 de Fevereiro e divulgado nas páginas da Internet da CCDRC.

Assim, e de acordo com o artigo 7º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro, solicita-se a V.Exa a designação do vosso representante na referida Comissão de Acompanhamento, com a necessária delegação ou subdelegação de poderes adequados, nos termos do artigo 6º da mesma Portaria."

O resto é questões de natureza logística que não são significativas.

Eu pergunto se há propostas no sentido da eleição, tenho uma em cima da mesa. Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Eu peço à Mesa suspensão dos trabalhos por dez minutos, para podermos tomar uma decisão.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

É um direito que vos assiste. São dez minutos!

(pausa)

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhoras deputadas e senhores deputados façam favor de ocupar os vossos lugares.

Dizia eu que vamos então proceder à eleição, suponho que não há lugar a discussão. Senhor deputado Manuel Antunes pediu a palavra, faça favor.



DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Manuel Antunes, PSD.

Senhor Presidente, eu pedi a palavra para lavrar um voto de protesto pela maneira como a nossa bancada foi tratada.

Senhores deputados eu exijo o respeito. Os senhores a mim não me ouvem fazer comentários e comentários colaterais, quando está qualquer coisa em discussão, goste ou não goste. Portanto, exijo respeito!

A propósito do ponto n.º 5, nós informámos a assembleia e a Mesa, de que abandonaríamos a sala e explicámos a razão pela qual o faríamos. Tive o cuidado de alertar para o facto de que não queríamos que esta atitude fosse interpretada como desrespeito quer pela assembleia, que nos merece o máximo de respeito, quer pela Mesa que também nos merece respeito.

O senhor Presidente da Assembleia perguntou-me a mim pessoalmente, o que é que isso significaria em relação ao ponto que agora está em discussão.

Eu tive o cuidado de dizer que cumpriríamos a nossa obrigação e cá estaríamos, e saímos. Não ficámos a ouvir atrás de portas fechadas ou meio abertas. Não tínhamos nenhuma maneira de saber quando a discussão do ponto anterior tinha sido terminada. Entendíamos que era obrigação da Mesa informar a bancada do PSD, que estava à espera, calmamente, que a discussão do ponto anterior terminasse, desse facto. Não só isso não foi feito, que poderia ter sido por esquecimento, embora estas coisas não aconteçam assim, como tivemos a informação de que o senhor Presidente da Assembleia deliberadamente, e depois de ser inquirido, decidiu que não chamava a bancada. E eu penso que isso é uma profunda falta de respeito pela bancada do PSD e pelos seus membros, entendo que nós temos o direito a ser respeitados e não tratados desta maneira.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Antes de dar a palavra a quem a pediu quero dizer que o Presidente da Assembleia nunca invocou, enquanto tal, o direito de resposta mas vai invocá-lo.

O Presidente da Assembleia e a Mesa, o Presidente falou com a Mesa, isso está registado em acta de resto, todas as intervenções são gravadas,



deliberadamente não chamou os deputados ausentes da sala. Não constitui isso qualquer falta de respeito em relação às deputadas e deputados que se ausentaram, constitui a interpretação que o Presidente da Mesa e a Mesa têm como legítima do Regimento desta Assembleia. O abandono de sala não é uma figura regimental. O abandono de sala é um direito legítimo dos deputados e das deputadas, é um direito legítimo, não faço juízos de valor, porque não me compete fazê-los, de grupos inteiros. O abandono de sala não é uma figura regimental. Nunca o Presidente da Mesa da Assembleia, que eu me recorde, em todas as sessões de assembleia em que participei até hoje, fosse neste mandato, fosse no anterior, fosse em outras assembleias municipais, e tenho muitos anos de assembleia municipal, nunca o Presidente da Assembleia chamou para o interior da sala deputados que dela estavam ausentes. Repito, o que levou o Presidente da Assembleia e a Mesa a agir assim foi um simples facto, o abandono de sala sendo um acto legítimo não é uma figura regimental, e não sendo uma figura regimental não está o Presidente da Assembleia não só obrigado, como não deve, chamar os deputados ausentes da sala para regressarem à sala. Feito o protesto e dado o esclarecimento penso que o assunto fica encerrado sem prejuízo...

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Não fica não! São maneiras de estar, mas não fica encerrado. O senhor Presidente perguntou-me, a mim pessoalmente, se viríamos para a votação, e eu confirmei que viríamos para a votação. Não tínhamos nenhuma maneira de saber se a votação era iniciada ou não a não ser pelo senhor. São maneiras de estar, tudo bem...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Mantenho a atitude que tomei. Poderia ficar registado em acta, aliás, que dois membros da bancada que saiu regressaram à sala, aqui estavam, e acompanharam este processo que de resto foi lento, foi pausado, na expectativa de que alguém fosse avisar os membros que tinham saído. Está dado o esclarecimento, e só mais um esclarecimento, não houve nenhuma porta fechada, ou melhor, quem saiu fechou a porta, e o Presidente da Mesa da Assembleia pediu para ela ser aberta.



DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor Presidente deixe-me explicar-lhe. Eu percebi que havia muito barulho lá fora, e que incomodava, e eu próprio fechei a porta exactamente nesse sentido, porque havia muito ruído lá fora e para que não perturbasse a assembleia.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Está dado o esclarecimento mas a assembleia não pode funcionar de porta fechada, como deve imaginar, e por isso o Presidente da Assembleia pediu para abrir.

Senhor deputado Romeu Paz.

DEPUTADO ROMEU PAZ (PS)

Romeu Paz, Partido Socialista.

Eu só queria pôr-lhe uma questão.

Se não estavam a escutar atrás da porta como é que souberam que o assunto foi falado?

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Alguém foi lá fora falar-nos...

DEPUTADO ROMEU PAZ (PS)

Então estava alguém a escutar atrás da porta!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhores deputados, não vamos entrar nesse género de diálogo. O senhor deputado José Manuel Silva tem a palavra.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

José Manuel Silva, Partido Socialista.

Eu venho aqui para lembrar que isto é uma câmara política, nós temos todos o maior respeito uns pelos outros. Os senhores tiveram o maior respeito quando nos viraram as costas e nós tivemos o maior respeito em continuar a discussão e os trabalhos da Assembleia Municipal, estando no vosso pleníssimo direito de regressarem quando entendessem. Nós não tínhamos que nos intrometer na vossa decisão, de abandonarem a assembleia. Os senhores estão a tentar transformar aquilo que foi um acto político da vossa parte e da nossa, a vossa foi



que tentaram forçar o fim da assembleia porque se convenceram que saíam e que a assembleia deixava de ter quórum para funcionar, isso não aconteceu, e agora estão a tentar explorar politicamente uma coisa que não tem rigorosamente nada a ver com política. O facto político que aqui se passou na assembleia foi que, o grupo municipal do PSD, e não percebi bem se o do CDS, porque no meio desta saída não se percebeu verdadeiramente bem o que é que aconteceu, um grupo de deputados abandonou a assembleia, recusou-se a participar na discussão do ponto e a ouvir o que nós tínhamos a dizer sobre esse ponto, podendo naturalmente ter direito de intervenção. Ninguém desrespeitou ninguém, nós temos o maior respeito e estima e consideração pessoal por todos os deputados que abandonaram a sala, agora não transformem um acto da vossa parte num acto negativo da nossa. Nós limitámo-nos a cumprir as nossas obrigações democráticas, vossas excelências entenderam que se queriam ir embora e viraram as costas à assembleia.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Eu vou dar a palavra ao senhor deputado Manuel Antunes para lavrar o seu protesto, e depois encerrarei este assunto, uma vez que nós estamos no ponto n.º 6, novo, da ordem de trabalhos e é isso que está aqui em causa. Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor Presidente, eu lamento este incidente porque não estava, ao contrário daquilo que foi aqui insinuado, minimamente na nossa intenção prejudicar os trabalhos da assembleia. Nós entendemos que não devíamos participar na discussão de determinado ponto pelas razões aduzidas e que eu não vou repetir. Tive o cuidado de dizer ao senhor Presidente que, era natural lá fora toda a gente em alta voz que estava a incomodar, eu vi elementos do público que se sentiram claramente incomodados e fechei a porta. Foi um acto de protecção, errado ou não, enfim, o facto de a porta estar encostada não significa que a assembleia não fosse pública, tive até esse cuidado. Portanto, rejeito qualquer insinuação do senhor deputado José Manuel Silva, quando diz que nós tentámos perturbar os trabalhos da assembleia. Não pedimos a ninguém para abandonar, não pedimos à assembleia que terminasse, saímos, sabíamos perfeitamente que



não constituíamos maioria e portanto que o quórum se mantinha, e naturalmente se eu estivesse na Mesa teria continuado os trabalhos noutra situação ou nesta situação.

Eu, aquilo que volto a insistir, é no facto de que o senhor Presidente teve o cuidado de perguntar se nós estaríamos no ponto seguinte, e eu disse que sim, que estaríamos, e a única maneira que teríamos, eu não pedi ao senhor Presidente que se levantasse e nos fosse chamar, haveria alguém que pudesse chamar-nos, tivemos conhecimento do facto de que já estavam noutra situação porque alguém disse que já estavam na discussão do novo ponto. E eu disse "se já estão estamos cá dentro...", e depois tomei conhecimento de que não só não era esquecimento, como era uma atitude deliberada por parte da Mesa. E é sobre essa atitude deliberada por parte da Mesa, que eu elaboro o nosso protesto. Se o senhor Presidente não tivesse perguntado, não tivesse tido o cuidado, que aliás eu agradeço, de perguntar se nós estaríamos na parte seguinte, devo até confessar senhor Presidente, que eu disse aos deputados da nossa bancada que tendo sido assim tratado pelo senhor Presidente, talvez devêssemos todos ir embora e deixar o senhor Presidente a falar para si próprio. Mas achámos que não devíamos fazer da mesma maneira, temos muito respeito pela assembleia, temos muito respeito pela Mesa, e peço que numa próxima situação, se vier a acontecer, e sabendo o senhor Presidente da nossa vontade de participar na discussão do ponto que está agora em apreciação, no mínimo seria razoável, não sei se é regimental se não, que tivéssemos sido informados.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado. É a segunda vez que faz o mesmo protesto.

O senhor deputado Carlos Duarte pediu para usar da palavra, presumo que seja porque o CDS foi envolvido na afirmação e nesse caso dou-lhe o direito de resposta, mas não vamos discutir mais este assunto.

DEPUTADO CARLOS DUARTE (CDS/PP)

Carlos Duarte, CDS.

Só para esclarecer, parece que não foi claro, que o CDS abandonou a sala. Muito obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Como não está em discussão o ponto eu pergunto ao senhor deputado Carlos Conceição qual é a figura regimental que invoca para pedir a palavra? O senhor deputado Manuel Antunes usou da palavra em nome do grupo municipal para fazer um protesto em relação a uma atitude do Presidente da Assembleia. Senhor deputado faça favor, não quero criar mais incidentes!

Eu chamo a atenção que transigi em relação ao senhor deputado Manuel Antunes porque me pareceu que se justificava mas os votos de protesto têm, porque neste momento não estamos a discutir um ponto da ordem de trabalhos, o máximo de duração de três minutos.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Carlos Conceição, PSD.

Muito obrigado senhor Presidente.

Cumprimento o senhor Presidente, o senhor vice-presidente, os senhores vereadores, resistentes, caros colegas deputados, eu peço desculpa, é a primeira vez que falo e vejo que...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Sim senhor deputado, já hoje chamei a atenção para os senhores deputados, quando falam, de que, há vereadoras e vereadores, e não há qualificativos dessa natureza.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Muito obrigado pela sua chamada de atenção que irei acatar senhor Presidente, humildemente, e reforço humildemente porque parece-me que nos está a faltar a todos alguma humildade, até democrática.

Gostaria só de partilhar convosco uma preocupação que vou tendo neste tempo curto que estou convosco, que é de me preocupar com temas importantes. Os episódios que agora estivemos a falar, na nossa opinião são uma questão de bom senso. Para nós é uma questão de bom senso, após a discussão de um ponto em que nós, justificadamente, abandonámos a sala, e dissemos que queríamos continuar a discutir depois desse ponto, para nós sermos chamados por um



senhor secretário da Mesa para nós era uma mera questão de bom senso. Nós não esperaríamos provocar este incidente diplomático que aqui provocámos, e se contribuímos para gerar essa confusão as nossas desculpas. Para nós, é uma mera questão de educação democrática, que achamos que faltou para connosco, uma questão de respeito institucional que entendemos porque justificámos devidamente e respeitadamente perante esta assembleia e todos os seus órgãos, e uma questão de elementar bom senso. Acabou o ponto, não sendo regimental e o senhor Presidente da Mesa tem toda a razão no que diz, mas seria uma questão de mero bom senso. É só isto que dizemos, com calma, com tranquilidade e sem mais episódios.

E exprimo, para me ir embora, porque o senhor Presidente pediu para ser breve, um desejo grande nestas poucas vezes que venho e que estou convosco e que sempre aprendo, agradeço a todos essa oportunidade, mas eu gostaria imenso de discutir outro tipo de coisas, e vimo-nos sempre forçados a discutir ou incidentes regimentais, ou herança do passado ou qualquer coisa assim. Há temas que merecem uma discussão mais profunda e nós estamos muito disponíveis para uma discussão mais profunda. São só incidentezinhos, vamos começar a discutir a nossa preocupação de futuro. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Vamos então entrar na votação que está no novo ponto n.º 6, o que havia a dizer está dito e constará obviamente da acta, e portanto temos que eleger o representante da Assembleia Municipal de Leiria e conferir-lhe poderes para representar a assembleia na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Leiria, ou seja, a assembleia tem que lhe conferir a necessária delegação ou subdelegação de poderes adequados, nos termos do artigo 6º da Portaria que nos obriga a esta eleição, o que significa que a nossa eleição vai ter que ser a pessoa com delegação de poderes. Pergunto se alguém tem proposta de nomes? Eu tenho uma proposta na Mesa, que já me foi entregue, se houver mais? Muito obrigado senhor deputado.

Portanto, a primeira proposta que me foi entregue vem assinada pela deputada Odete João em nome do grupo do Partido Socialista e indica o nome do deputado



Paulo Pedrosa Pedro, a segunda proposta que vem em nome do grupo do PSD propõe o nome do Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista, o deputado Mário Rodrigues.

Temos as duas propostas, estão a ser distribuídos os boletins de voto, chamarei, começando pela Mesa, depois os deputados pela ordem que consta da lista de presenças. Uma vez que a proposta que entrou em primeiro lugar tem o nome do deputado Paulo Pedro será a Lista A, a segunda proposta, que indica o nome do Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista, será a lista B.

Portanto, limitar-se-ão a escrever A ou B, o que não for A ou B será branco ou nulo. Ficou claro?

(chamada nominal)

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhoras deputadas e senhores deputados, o resultado da votação foi o seguinte: trinta e dois votos no candidato A, candidato B vinte votos, e três votos brancos.

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 5º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro, delibera, por maioria de votos obtidos designar seu representante na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Leiria o deputado Paulo Pedrosa Pedro. Mais delibera, nos termos do artigo 6º da mesma Portaria, delegar competências para o efeito.

Senhoras e senhores deputados terminámos os nossos trabalhos, a todos desejo uma boa noite, gostaria só de anunciar que a próxima assembleia terá lugar provavelmente, por força do calendário da Páscoa, na última semana de Abril, que é a semana que começa com o Domingo de Páscoa. Muito obrigado.



ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão eram 02.28 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse o seu teor para a presente acta, que eu,



Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Técnica, transcrevi e subscrevo. -----

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 29 de Abril de 2010 delibera por maioria, com 6 abstenções, aprovar a acta.

**-----
Leiria, aos 29 dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze. -----**

O Presidente da Assembleia

Carlos Manuel B. Ascenso André

A Assistente Técnica

Teresa Paula Pinto